



COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
COMPANHIA ABERTA

CNPJ 17.155.730/0001-64 - NIRE 31300040127

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária-AGO/AGE, a realizarem-se, cumulativamente, em 12 de maio de 2017, às 11 horas, na sede social, na Avenida Barbacena, 1.200, 21º andar, em Belo Horizonte-MG, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- 1- a ratificação da ultrapassagem, até a aprovação do orçamento do ano de 2018, da meta constante na alínea “d” do § 7º do artigo 11 do Estatuto Social no montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, por exercício social, equivalente a, no máximo, 90% do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia; (*AGE – Ações ON*)
- 2- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como dos respectivos documentos complementares; (*AGO – Ações ON*)
- 3- destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$334.334 mil, e de saldo de Lucros Acumulados no montante de R\$37.258 mil; (*AGO – Ações ON*)
- 4- definição da forma e data do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$203.986 mil; (*AGO – Ações ON*)
- 5- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato; (*AGO – Ações ON e PN*)
- 6- fixação da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; (*AGO – Ações ON*)
- 7- orientação ao(s) representante(s) da Companhia sobre o voto nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig Distribuição S.A., a realizarem-se, cumulativamente, em 12-05-2017, às 13 horas; (*AGE – Ações ON*)
- 8- orientação ao(s) representante(s) da Companhia sobre o voto na Assembleia Geral Ordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A., a realizar-se em 12-05-2017, às 14 horas; (*AGE – Ações ON*)

O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio do seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia.

O acionista que desejar representar-se nas referidas Assembleias Gerais deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/1976 e do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo no ato, ou depositando, preferencialmente até 10 de maio de 2017, os comprovantes de titularidade das ações, expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na Superintendência da Secretaria Geral e Executiva Empresarial da Cemig, na Av. Barbacena, 1200, 19º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE, EM 12-05-2017, ÀS 11 HORAS.

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

Considerando:

- a) que, na condução da administração da Companhia e no exercício do direito de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e consórcios, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva observarão e cumprirão, fielmente, algumas metas estatutárias, conforme disposto no artigo 11, § 7º, do Estatuto Social da Companhia:
 - manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia;
 - manter uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40% (quarenta por cento); e,
 - limitar o montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, por exercício social, ao equivalente a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;
- b) que, os referidos indicadores poderão ter suas metas ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, conforme artigo 11, § 9º, do Estatuto Social da Companhia, até os seguintes limites: endividamento consolidado da Companhia igual a 2,5 vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia; e, relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) igual a 50%;
- c) que, acima desses limites, bem como no caso do montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, por exercício social, ao equivalente a, no máximo 40% do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia, estas metas poderão ser ultrapassadas mediante justificativa prévia e específica aprovação dos acionistas reunidos em Assembleia;
- d) o orçamento anual de 2017, constante de pauta de reunião de Conselho de Administração do mês de março/17, remeterá os indicadores para acima dos níveis que podem ser aprovados pelo Conselho de Administração, conforme a seguir:

Covenants Consolidado	2017
Investimento / Lajida	0,90

- e) o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, e os artigos 27 a 31 do Estatuto Social;
- f) as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016, com apresentação de Lucro Líquido de R\$334.334 mil e saldo de Lucros Acumulados de R\$37.258 mil, decorrente de realização de Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial;
- g) que compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia;
- h) as ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações, conforme artigo 5º do Estatuto Social.
- i) que, utilizando do critério acima, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo no valor de R\$419.039 mil.
- j) que os dividendos serão distribuídos obedecida a ordem abaixo: a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais; (b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais, conforme artigo 29 do Estatuto Social.
- k) que a Companhia declarou juros sobre o capital próprio – JCP, conforme CRCA-086/2016, de 22-12-2016, no montante de R\$380.000 mil, utilizando do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26-12-2016.
- l) que, do valor pago de JCP, R\$253.004 mil serão pagos aos acionistas portadores das ações preferenciais;
- m) a Deliberação CVM 683/2012 estabelece no seu inciso III, que os juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, somente poderão ser imputados ao dividendo obrigatório pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte;
- n) que o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital-AFAC realizado pela Cemig na Cemig D, no valor de R\$410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), conforme a CRCA 086/2015, de 17-12-2015;
- o) o capital social pode ser aumentado por deliberação da assembleia geral extraordinária convocada para decidir sobre reforma do estatuto social, conforme disposto no artigo 166 da Lei 6.404/1976;

- p) que a Cemig D convocará assembleia geral extraordinária para alteração do Capital Social;
- q) que cabe ao Conselho de Administração da Cemig aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do presente Estatuto, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico, conforme disposto na alínea “p” do artigo 17 do Estatuto Social da Cemig;
- r) que também cabe ao Conselho de Administração da Cemig autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas, conforme disposto na alínea “o” do artigo 17 do Estatuto Social da Cemig; e,
- s) que a Cemig Distribuição S.A. deverá realizar suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, cumulativamente, em 2017 e que a Cemig Geração e Transmissão S.A. deverá realizar sua Assembleia Geral Ordinária em 2017, ambas subsidiárias integrais da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig;

vem propor a V. Sas.:

- I) a ratificação da ultrapassagem, até a aprovação do orçamento do ano de 2018, da meta constante na alínea “d” do § 7º do artigo 11 do Estatuto Social no montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, por exercício social, equivalente a, no máximo, 90% do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;
- II) que ao Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$334.334 mil, e saldo de Lucros Acumulados de R\$37.258 mil, seja dada a seguinte destinação:
- a) R\$203.986 mil sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2017 e a segunda até 30-12-2017, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva, fazendo jus os acionistas de ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

- b) R\$160.538 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2017, conforme orçamento de capital;
- c) R\$7.068 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2016 em função dos investimentos realizados na Região da Sudene.

O Anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social e o Anexo 2 apresenta o Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2017.

- III) que o(s) representante(s) da Companhia, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig Distribuição S.A., a realizarem-se, cumulativamente, em 2017, votem favoravelmente às matérias da ordem do dia.
- IV) que o(s) representante(s) da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A. a realizar-se em 2017, votem favoravelmente às matérias da ordem do dia votem favoravelmente às matérias da ordem do dia.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes

Daniel Alves Ferreira

Antônio Dirceu Araujo Xavier

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Bruno Magalhães Menicucci

José Pais Rangel

Carolina Alvim Guedes Alcoforado

Marcelo Gasparino da Silva

Luiz Guilherme Piva

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência

Anexo 2 – Parecer dos Auditores Independentes

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras

Anexo 4 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGO/E

Anexo 5 – Proposta de Destinação do Lucro Líquido – Exercício 2016

Anexo 6 – Orçamento de Capital

Anexo 7 – Informações relativas aos candidatos ao Conselho Fiscal - (Itens 12.5 a 12.10 do FRE)

Anexo 8 – Informações indicadas no item 13 do FRE - Remuneração dos administradores

Anexo 1

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A persistência das dificuldades no ambiente macroeconômico em 2016 continuaram a exigir das companhias brasileiras um grande esforço de gestão, e no nosso caso em especial, tendo que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Entretanto, entendemos que esses períodos econômicos são cíclicos e a Companhia está fazendo os ajustes necessários, neste momento de instabilidade, para aumentar a sua solidez financeira e operacional, que sempre foram a sua marca nos seus 65 anos de história.

Mesmo com investimentos expressivos em 2016, mantivemos a nossa dívida nos mesmos patamares de 2015, mesmo sem considerar ajustes pela inflação. Ainda temos um volume relevante de dívidas com vencimento nos próximos dois anos, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos. Temos a expectativa de que nos próximos anos venhamos a atingir o nível de endividamento previsto em nosso Estatuto Social, que é uma relação entre Lajida e Dívida líquida de no máximo 2,5 vezes.

Essa mesma disciplina financeira na gestão da dívida também faz parte da busca da melhoria da eficiência operacional. Os nossos custos gerenciáveis com serviços de terceiros, materiais e outros apresentaram redução em 2016. No que se refere aos custos de pessoal, implementamos um programa de desligamento voluntário que teve a adesão de aproximadamente 800 empregados e que contribuirá para a redução na nossa despesa nos próximos anos.

Nosso lucro líquido foi de R\$334 milhões, abaixo do verificado no ano anterior, em função de ajustes no nosso investimento na Renova e principalmente, de não termos em 2016, no nosso portfólio de energia própria para revenda a usina de São Simão, tendo em vista a discussão judicial com o Governo Federal a respeito da prorrogação das concessões de Jaguará, Miranda e São Simão.

No que se refere a essa questão da discussão judicial envolvendo as usinas, continuamos dialogando com o Governo Federal a prorrogação dessas concessões. Temos a expectativa de encontrarmos uma alternativa de prorrogação dos contratos que possa convergir os interesses do Governo Federal com os direitos da Companhia, presentes de forma inequívoca, em nossa opinião, nos contratos de concessão dessas usinas.

Conforme já mencionamos, temos a expectativa que o 2017 represente uma mudança de ciclo, um ambiente macroeconômico mais favorável, com aumento na confiança dos investidores e da sociedade, com a consequente melhoria no ambiente de investimentos.

Essa expectativa já se materializa na redução nas taxas de juros, o que traz benefícios na diminuição do custo financeiro da nossa dívida e também melhora a expectativa com relação às condições financeiras das rolagens e captações de recursos futuras.

O crescimento econômico do País tem como efeito positivo direto para o nosso negócio de distribuição uma expectativa de melhoria no mercado de energia. Em 2016, investimos mais de R\$ 1 bilhão na área de concessão da Cemig Distribuição, lembrando que esses investimentos expressivos nos últimos anos farão parte do processo de revisão tarifária previsto para 2018.

No que se refere ao negócio de transmissão, a boa notícia de 2016 foi a definição das regras de indenização dos ativos, consequência da nossa adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579). Essa definição foi importante para podermos incluir em nossas projeções de caixa as entradas dos recursos, garantindo assim a sustentabilidade dos investimentos em transmissão, agora com expectativas de taxas de retorno mais atrativas.

Apesar de todos os desafios, continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. Fomos mais uma vez incluídos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, ressaltamos mais uma vez a nossa confiança no futuro e na nossa capacidade de gestão para concluirmos a implementação dos ajustes necessários que aumentarão a solidez financeira da Cemig, o retorno adequado ao investimento e confiança dos nossos quase 130 mil acionistas, espalhados por mais de 40 países, em todos os continentes.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

b. Estrutura de capital

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2016, por um endividamento de R\$ 15.179 milhões, sendo 32% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 68% representado por dívidas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2015, por um endividamento de R\$ 15.167 milhões, sendo 42% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 58% representado por dívidas de longo prazo e em 31 de dezembro de 2014, por um endividamento de R\$ 13.509 milhões, sendo 39% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 61% representado por dívidas de longo prazo. A empresa busca constantemente o alongamento de sua dívida, mesmo em situação adversa de mercado.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 12.934 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 13.139 milhões, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 12.988 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 11.732 milhões e em 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 11.285 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 11.610 milhões.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento líquido e o Patrimônio Líquido. Outra forma de demonstrar o endividamento é através da estrutura de capital, proporção entre capitais próprios e de terceiros. A tabela abaixo demonstra o nível de alavancagem e a estrutura de capital da Companhia, medido por meio dos indicadores (Dívida Líquida / Patrimônio Líquido) e (Patrimônio Líquido / Total do Passivo, sendo: Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures – (Disponibilidades + TVM) e Total do Passivo = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Patrimônio Líquido, apurados com base no Balanço Patrimonial Consolidado, comportaram-se da seguinte forma:

Estrutura de Capital	2016	2015	2014
1. Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	102%	90%	103%

2. Patrimônio Líquido / Total do Passivo (Passivo + PL)	31%	32%	32%
---	-----	-----	-----

Os Diretores da Companhia entendem que os indicadores demonstrados na tabela acima têm se situado em níveis adequados ao longo dos períodos analisados. O primeiro indicador demonstra que o endividamento líquido da Companhia em 2016 representou 102% do Patrimônio Líquido (90% em 2015 e 103% em 2014). O segundo indicador demonstra que para cada R\$1 aplicado na Companhia em 2016, 31% era procedente de recursos do acionista (32% em 2015 e 32% em 2014).

Por fim, a Companhia informa que não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

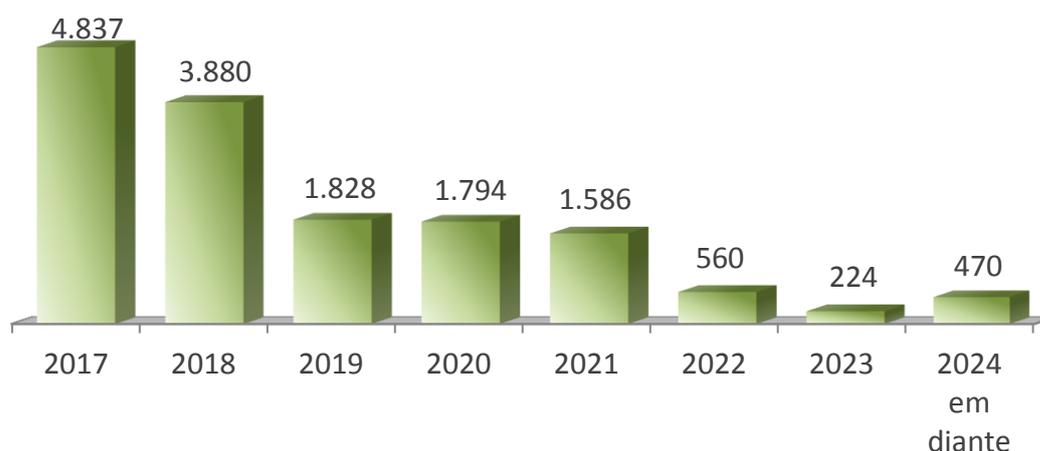
c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, mesmo tendo alcançado, em 31 de dezembro de 2016, um montante menor, de R\$ 2.638 milhões. Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os montantes foram mais significativos, de R\$ 5.538 milhões e de R\$ 6.382 milhões, respectivamente.

O saldo de caixa + TVM da Companhia era de R\$ 2.040 milhões em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 3.435 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 1.898 milhões em 31 de dezembro de 2014.

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 13.139 milhões, contra R\$ 11.732 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 11.610 milhões em 31 de dezembro de 2014. O indicador dívida líquida/EBITDA de 2016 indica que 4,98 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam necessários para quitar o saldo devedor, enquanto o indicador de 2015 indica 2,1 anos e o de 2014 indica 1,8 anos.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$15.179 milhões, não está alongada, com 69,47% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 2,8 anos:



Saldo da dívida em Milhões de reais

O endividamento da Companhia ainda se encontra pouco alongado, devido às operações de curto prazo realizadas em 2015 e 2016, mas a Companhia tem boas perspectivas de refinanciamento da sua dívida com vencimento em 2017 por meio de operações de mais longo prazo.

Portanto, os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia refinar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem sido bem-sucedida em acessar o mercado

de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

Pela Cemig Distribuição:

- 7ª emissão de notas promissórias, em 08/04/2014, no valor de R\$ 1.121 milhões, destinados ao pagamento de dívidas e realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Emissora.
- 8ª emissão de notas promissórias, em 01/04/2015, no valor de R\$ 1.700 milhões, destinados ao pagamento de dívidas e compra de energia elétrica.
- 4ª emissão de debêntures simples, em 26/03/2016, no valor de R\$ 1.615 milhões, destinados ao resgate da 8ª Nota Promissória.

Pela Cemig Geração e Transmissão:

- 5ª emissão de notas promissórias, em 27/06/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano.
- 5ª emissão de debêntures simples, em 10/12/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição do caixa por investimentos realizados em 2014.
- 6ª emissão de debêntures simples, em 15/07/2015, no valor de R\$ 1.000 milhões, destinados para o pagamento de dívidas e/ou à recomposição do caixa em função de pagamento de dívidas.
- 6ª emissão de notas promissórias, em 30/12/2015, no valor de R\$1.440 milhões, destinados para o pagamento da 1ª (primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015.
- 7ª emissão de notas promissórias, em 01/07/2016, no valor de R\$ 620 milhões, destinados para o pagamento da 2ª (segunda) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL12/2015.
- 7ª emissão de debêntures simples, em 29/12/2016, no valor de R\$ 2.240 milhões, destinados a rolagem 6ª NP e recomposição de caixa em função de pagamento de dívidas.

O passivo circulante da Companhia era de R\$ 11.447 milhões em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 13.074 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 10.123 milhões em 31 de dezembro de 2014. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos, dividendos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Em dezembro de 2016, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória da sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo sido emitidas 224.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R\$ 2.240.000.000,00 (dois bilhões e duzentos e quarenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para o resgate das 144 (cento e quarenta e quatro) notas promissórias comerciais da 6ª (sexta) emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A., emitidas em 30 de dezembro de 2015, bem como para o pagamento de outras dívidas vincendas no ano de 2016 e recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas.

Em outubro de 2016, foi celebrado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. o Contrato de Crédito Bancário, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), destinados ao pagamento e/ou amortização de 16 operações de capital de giro da Emitente junto ao Banco do Brasil S.A. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em quatro parcelas semestrais, com início em abril de 2017. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 132,90% da variação do CDI.

Em julho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 7ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 124 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 01 de julho de 2016, totalizando R\$ 620.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 2ª (segunda) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 7ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Em março de 2016, a Cemig Distribuição concluiu a 4ª emissão de debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 161.500 debêntures simples, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão em, qual seja, 15 de dezembro de 2015, porém com data de integralização/subscrição em 26/03/2016, totalizando R\$ 1.615.000,00 (um bilhão e seiscentos e quinze milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate antecipado facultativo das notas promissórias da 8ª emissão da Emissora, bem como ao pagamento de outras dívidas ou reforço de caixa da Emissora. Os juros remuneratórios foram CDI + 4,05% a.a, e o valor nominal será pago em 02 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2017 e a segunda em 15 de dezembro de 2018.

Em março de 2016, foi celebrado pela Cemig Distribuição o Contrato de Crédito Bancário, no valor de R\$ 695.000.000,00 (seiscentos e noventa e cinco milhões de reais), destinados ao pagamento de rolagem de dívida junto a Caixa Econômica Federal. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e Cessão Fiduciária de Recebíveis e será amortizado em 48 meses, sendo a carência de 18 meses, com pagamento de juros trimestral e amortização em 30 meses com o

pagamento mensal da parcela de juros. O vencimento final será em 23/03/2020 e os encargos incidentes sobre a operação foram de 132,14% da taxa média diária do CDI.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2016 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado *
Moeda Nacional			
Caixa Econômica Federal (Cemig D)	2020	132,14% do CDI	675.008
Debêntures(Cemig D)	2018	CDI+4,05%	1.574.625
KFW(Cemig GT)	2018	1,78%	1.965
Nota Promissória – 7ª emissão (Cemig GT)	2017	128% do CDI	605.740
Debêntures 4ª emissão 7ª série(Gasmig)	2020	TJLP	23.850
Debêntures 7ª emissão (Cemig GT)	2021	140% do CDI	2.195.200
Banco do Brasil	2018	132,90% do CDI	579.546
SONDA(Cemig Telecom)	2021	110% do CDI	80.842
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação			5.736.776

Em julho de 2015, a Cemig GT concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, 15 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Cemig GT, em razão do pagamento de suas dívidas. A 6ª emissão de debêntures simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2015, a Cemig GT concluiu a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 144 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 30 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 1.440.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 1ª(primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Cemig GT conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Além disso, a Cemig GT prorrogou em outubro de 2015 parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$670 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário, e nova operação de rolagem de dívida com o Banco da Amazônia no valor de R\$120 milhões.

Em maio de 2015, foi celebrado pela Cemig Distribuição o Contrato de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinados ao reforço do capital de giro da empresa. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e Penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de até 180 dias. O pagamento será realizado em 02 parcelas iguais, sendo a primeira em 26/04/2016 e a segunda em 26/04/2017. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 111% da taxa média diária do CDI.

Em maio de 2015, foi celebrado pela Cemig Distribuição o Contrato de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), destinados ao

reforço do capital de giro da empresa. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e Penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de até 180 dias. O pagamento será realizado em 03 parcelas iguais, sendo a primeira em 10/04/2018, a segunda em 10/04/2019 e última em 10/04/2020. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 114% da taxa média diária do CDI.

Em abril de 2015, a Cemig Distribuição concluiu a 8ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 01 de abril de 2015, totalizando R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica. A 8ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Cemig Distribuição conta com o aval da Companhia, sua controladora.

Em janeiro de 2015, a Cemig Distribuição celebrou o Contrato de Crédito Bancário junto a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), destinados ao pagamento da dívida com o Banco do Brasil S.A, Cédula de Crédito Bancário nº 21/00805-1. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e o pagamento será realizado em 36 meses com carência de 12 meses sendo o vencimento final em 22/01/2018. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 119% da taxa média diária do CDI.

Além disso, a Cemig Distribuição prorrogou em outubro de 2015 parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito no valor de R\$600 milhões, contratadas via cédulas de crédito comercial com o Banco do Brasil, bem como emitiu em favor da Caixa Econômica Federal cédulas de crédito bancário no valor de R\$200 milhões.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2015 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil (Cemig GT)	2015	106,90% do CDI	593.706
Debêntures 6ª emissão 1ª série (Cemig GT)	2018	CDI + 1,60%	967.400
Debêntures 6ª emissão 2ª série (Cemig GT)	2020	IPCA + 8,07%	27.100
Nota Promissória 6ª emissão (Cemig GT)	2016	120% do CDI	1.406.880
Banco da Amazônia (Cemig GT)	2018	CDI + 1,90%	118.363
Caixa Econômica Federal (Cemig D)	2018	119% do CDI	200.000
Nota Promissória 8ª emissão (Cemig D)	2016	111,70% do CDI	1.684.700
Banco do Brasil (Cemig D)	2020	114% do CDI	486.618
Banco do Brasil (Cemig D)	2017	111% do CDI	97.696
		TJLP + 7,82 (75%) e Selic	34.472
Debêntures 4ª emissão (Cemig Gasmig)	2022	+ 1,82 (25%)	
Debêntures 5ª emissão (Gasmig)	2018	CDI + 1,60	100.000
Itaú Unibanco/Banco BBM (Cemig Telecom)	2016	120% do CDI	22.528
Total de captações em moeda nacional			5.739.463

Em janeiro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando

R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Cemig GT, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano. A 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Cemig GT conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja, 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão pública de debêntures da Cemig GT conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG.

Cemig GT também prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, a Cemig GT concluiu em 30 de janeiro de 2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

Em abril de 2014, a Cemig Distribuição concluiu a 7ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 08 de abril de 2014, totalizando R\$ 1.210.000.000,00 (um bilhão, duzentos e dez milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Cemig Distribuição. A 7ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Cemig Distribuição conta com o aval da Companhia, sua controladora.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2014 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW (GT)	2024	1,78	9.916
Total em Moeda Estrangeira			9.916
Moeda Nacional			

Debêntures – 4ª Emissão (GT)	2016	CDI + 0,85	505.368
Nota Promissória – 5ª Emissão (GT)	2015	106,85 do CDI	1.400.000
Debêntures – 5ª Emissão (GT)	2018	CDI*1,70	1.400.000
FINEP (GT)	2018	TJLP + 2,5	3.485
BNDES(D)	2020	TJLP+2,48	13.490
Nota Promissória – 7ª Emissão (D)	2015	105,00 do CDI	1.210.000
Nota Promissória – 1ª Emissão (CEMIG TELECOM)	2015	110,4 do CDI	19.819
Total em Moeda Nacional			<u>4.552.162</u>
Total de Captações			<u>4.562.078</u>

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A ANEEL, órgão regulador das atividades de controladas da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 15.179 milhões, sendo R\$ 13.139 milhões de dívida líquida. Em

31 de dezembro de 2015, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 15.167 milhões, sendo R\$ 11.732 milhões de dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor consolidado com relação a contratos financeiros era de R\$13.509 milhões, sendo R\$11.610 milhões a dívida líquida.

O custo nominal da dívida da Companhia tem aumentado ao longo dos anos (15,89% ao ano, em 31 de dezembro de 2016, 14,28% ao ano, em 31 de dezembro de 2015 e 11,74% ao ano, em 31 de dezembro de 2014). O custo real da dívida da Companhia também tem aumentado (8,4% ao ano em 31 de dezembro de 2016, 3,74% ao ano em 31 de dezembro de 2015 e 5,03% ao ano em 31 de dezembro de 2014). Isto é reflexo das condições do mercado e da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de dezembro de 2016, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (72% do total), URTJ (2% do total), IPCA (24% do total) e 2% referente a outros indicadores.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito ainda satisfatória da Companhia, face aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos, sendo que o ano de 2016 foi comprometido pela redução verificada no LAJIDA:

	2016	2015	2014
Endividamento do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	2,25	2,14	2,10
Dívida Líquida / LAJIDA ⁽²⁾	4,98	2,37	1,82
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) ⁽³⁾	50%	47%	51%

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa mais TVM.

Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	50.734	932.772	983.506	922.328	833.042
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	14.657	278.465	293.122	274.892	248.272
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	59.050	1.436.058	1.495.108	1.402.391	1.266.168
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	38.290	856.628	894.918	839.429	757.938
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	53.085	410.795	463.880	461.258	451.904
Debêntures - 1ª série - 6ª Emissão (2)	2018	CDI+1,6	R\$	552.557	485.416	1.037.973	1.037.256	-
Debêntures - 2ª série - 6ª Emissão (2)	2020	IPCA+8,07	R\$	1.063	30.054	31.117	29.185	-
Debêntures - 1ª série - 7ª Emissão (2)	2021	140,0% do CDI	R\$	-	7.323	2.204.164	2.196.841	-
Debêntures - 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	804.508	793.182	1.597.690	-	-
Debêntures - 2ª série - 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R\$	-	-	-	501.398	501.172
Debêntures - 1ª série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	711.295	700.000	1.411.295	1.411.646	1.406.336
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R\$	-	-	-	41.009	89.771
Debêntures (5)	2015	CDI+0,62	R\$	-	-	-	-	100.028
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	629	100.000	100.629	102.862	-
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R\$	33.366	33.340	66.706	100.111	99.663
Debêntures (5)	2022	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	R\$	20.274	113.228	133.502	124.416	90.206
Debêntures (4)	2018	TJLP	R\$	-	-	-	16.422	24.294
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				-	49.479	-	15.049	-
Total de Debêntures				3.061.050	8.359.053	11.420.103	8.246.008	7.549.662
Total Geral Consolidado				4.836.923	10.342.357	15.179.280	15.166.537	13.508.738

- (1) As taxas de juros variam de 2,00% a 8,00 % ao ano. Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
(2) Cemig Geração e Transmissão;
(3) Cemig Distribuição;
(4) Cemig Telecom;
(5) Gasmig;

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira na Companhia.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 97,7% da dívida das subsidiárias da Companhia contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 23,7% da dívida são garantidos por recebíveis da Cemig D e da Cemig GT.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Com respeito à presença de covenants financeiros em contratos de financiamento celebrados pela Cemig D, Cemig GT e Cemig, temos a informar o que segue.

A Cemig GT emitiu, em outubro de 2016, uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), no valor de R\$ 600 milhões, em favor do Banco do Brasil S.A. Este instrumento apresenta uma cláusula financeira restritiva na qual a Cemig Holding, avalista do empréstimo, tem a obrigação de manter sua dívida líquida / Ebitda igual ou inferior a: 6,0x em dezembro de 2016, 5,26x em março, junho, setembro e dezembro de 2017 e 5,0x em março, junho e setembro de 2018. Este covenant tem medição trimestral, a partir de dezembro de 2016 e será acompanhado nas demonstrações financeiras da avalista (consolidado), considerando a metodologia de cálculo da companhia. O Banco do Brasil S.A. deverá ser informado sobre qualquer covenant financeiro que porventura venha a ser acordado com outro(s) credor(es), de modo que se houver covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão, automaticamente, incorporados na CCB.

A Cemig GT captou, em dezembro de 2016, R\$ 2.240 milhões, por meio de sua 7ª emissão de debêntures. A Escritura dessa emissão conta com uma cláusula financeira restritiva verificada semestralmente que prevê que a CEMIG GT terá a obrigação de manter sua dívida líquida / (Ebitda + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 5,5 vezes em dezembro de 2017; 5,0 vezes em dezembro de 2018; 4,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive. Esta mesma cláusula também prevê que a Cemig Holding, garantidora da operação, terá a obrigação de manter sua dívida líquida / (Ebitda + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 4,5 vezes em dezembro de 2017; 4,25 vezes em dezembro de 2018; 3,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive.

Nota: Para fins do disposto nestes covenants, os termos terão os seguintes significados: 1) “Dívida Líquida” significa o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante e não circulante), acrescido de dívidas com a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz e opções de venda (valor atualizado mensalmente), subtraído do saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante e não circulante), com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cemig GT ou da Cemig Holding, conforme o caso, apresentadas à CVM. 2) “EBITDA” significa o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, e o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007: (a) subtraído de (a.1) equivalência patrimonial (coligadas), (a.2) provisões para opções de venda, (a.3) resultado não operacional, (a.4) reorganização societária e (a.5) efeito contábil da indenização da transmissão; e (b) acrescido de (b.1) efeito

caixa da indenização da transmissão e (b.2) dividendos recebidos (coligadas). 3) “Dividendos Recebidos” significa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no período em questão.

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atrelada a índices financeiros, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social. A controlada Gasmig também possui convenants, conforme descritos a seguir:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
CEMIG:	
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora (1)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
GASMIG:	
EBITDA/Serviço da Dívida (2)	Igual ou maior que 1,3
Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)(2)	Menor que 0,6

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

(2) Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (Cross Default).

Há nos contratos financeiros da Cemig Distribuição e da Cemig Geração e Transmissão cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Cemig GT pode requerer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os financiamentos contratados pela Cemig Distribuição junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados. O financiamento da Eletrobrás para o Projeto Luz Para Todos apresentou um percentual de 84% de recursos desembolsados, mas seguindo critérios da Eletrobrás, uma parte está sendo restituída, ajustando a utilização dos recursos para cerca de 76% do valor contratado.

(h) a alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2016	AV %	2015	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	995.132	2,37	924.632	2,26	7,62
Títulos e Valores Mobiliários	1.014.188	2,41	2.426.746	5,94	(58,21)
Consumidores e Revendedores	3.425.018	8,15	3.580.789	8,76	(4,35)
Concessionários – Transporte de Energia	730.488	1,74	183.688	0,45	297,68
Ativo Financeiro da Concessão	236.284	0,56	873.699	2,14	(72,96)
Tributos Compensáveis	589.519	1,4	175.330	0,43	236,23
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11.386	0,03	305.829	0,75	(96,28)
Dividendos a Receber	367.474	0,87	62.025	0,15	492,46
Fundos Vinculados	49.473	0,12	162	-	30438,89
Estoques	1.059	0	37.264	0,09	(97,16)
Adiantamento a Fornecedores	63.751	0,15	87.241	0,21	(26,93)
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	36.261	0,09	71.695	0,18	(49,42)
Créditos junto a Eletrobras – RGR	48.379	0,12			-
Créditos junto a Eletrobras - CDE	90.065	0,21			-
Outros Créditos	626.993	1,49	647.638	1,59	(3,19)
TOTAL DO CIRCULANTE	8.285.470	19,71	9.376.738	22,95	(11,64)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	31.040	0,07	83.566	0,20	(62,86)
Adiantamento a Fornecedores	229.053	0,54	60.000	0,15	281,76
Consumidores e Revendedores	146.367	0,35	133.691	0,33	9,48
Tributos Compensáveis	178.288	0,42	257.851	0,63	(30,86)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	112.060	0,27	205.620	0,50	(45,50)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.797.453	4,28	1.498.479	3,67	19,95
Depósitos Vinculados a Litígios	1.886.879	4,49	1.813.341	4,44	4,06
Outros Créditos	1.050.155	2,5	807.724	1,98	30,01
Ativo Financeiro da Concessão	4.971.244	11,83	2.659.805	6,51	86,9
Investimentos	8.753.088	20,82	9.744.847	23,85	(10,18)
Imobilizado	3.775.076	8,98	3.940.323	9,64	(4,19)
Intangível	10.819.680	25,74	10.275.104	25,15	5,3
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	33.750.383	80,29	31.480.351	77,05	7,21
TOTAL DO ATIVO	42.035.853	100	40.857.089	100,00	2,89

PASSIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Fornecedores	1.939.593	4,61	1.901.153	4,65	2,02
Encargos Regulatórios	380.586	0,91	516.983	1,26	(26,38)
Participações nos Lucros	17.814	0,04	114.031	0,28	(84,38)
Impostos, Taxas e Contribuições	793.587	1,89	740.113	1,81	7,23
Imposto de Renda e Contribuição Social	26.866	0,06	10.646	0,03	152,36
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	466.987	1,11	1.306.815	3,20	(64,27)
Empréstimos e Financiamentos e Debentures	4.836.923	11,51	6.300.359	15,43	(23,23)
Salários e Contribuições Sociais	224.741	0,53	220.573	0,54	1,89
Obrigações Pós-emprego	198.867	0,47	166.990	0,41	19,09
Concessões a pagar	2.977	0,01	2.811	-	5,91
Passivo financeiro da concessão	481835	1,15			-
Instrumentos financeiros – opções de venda	1.149.881	2,74	1.245.103	3,05	(7,65)
Venda antecipada de energia elétrica	181.200	0,43			0
Outras Obrigações	745.603	1,77	548.495	1,35	35,94
TOTAL DO CIRCULANTE	11.447.460	27,23	13.074.072	32,01	(12,44)

NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	454.625	1,08	226.413	0,55	100,79
Empréstimos e Financiamentos	10.342.357	24,6	8.866.178	21,69	16,65
Impostos, Taxas e Contribuições	723.922	1,72	739.711	1,81	(2,13)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	582.206	1,39	689.247	1,69	(15,53)
Provisões	815.017	1,94	754.573	1,85	8,01
Obrigações Pós-emprego	4.042.543	9,62	3.086.381	7,55	30,98
Concessões a pagar	19.026	0,05	18.578	0,05	2,41
Passivo financeiro da concessão	323140	0,77	-		0
Instrumentos financeiros – opções de venda	191.587	0,46	147.614	0,36	29,79
Outras Obrigações	159.599	0,37	266.646	0,65	(40,15)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	17.654.022	42	14.795.341	36,20	19,32
TOTAL DO PASSIVO	29.101.482	69,23	27.869.413	68,21	4,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	6.294.208	14,97	6.294.208	15,41	-
Reservas de Capital	1.924.503	4,58	1.924.503	4,71	-
Reservas de Lucros	5.199.855	12,37	4.662.723	11,41	11,52
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-488.285	-1,16	102.264	0,25	-
TOTAL ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	12.930.281	30,76	12.983.698	31,78	(0,41)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR	4.090	0,01	3.978	0,01	2,82
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.934.371	30,77	12.987.676	31,79	(0,41)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.035.853	100	40.857.089	100,00	2,89

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2016 em comparação a 2015 são como segue:

- Redução de R\$1.412 milhões nos Títulos e Valores Mobiliários de curto prazo em função de recursos utilizados para pagamento da outorga referente ao leilão do Lote D de geração, realizado em janeiro de 2016.
- Aumento de R\$2.311 milhões nos ativos financeiros da concessão longo prazo em função do pagamento de bonificação de outorga de concessão de usinas de geração e atualização financeira dos valores a receber referente a indenização de transmissão.
- Redução de R\$992 milhões no saldo dos Investimentos em função principalmente do ajuste para perdas no investimento da Renova no valor de R\$763 milhões.
- Aumento de R\$989 milhões no saldo de benefícios pós-emprego em função basicamente da redução na taxa de juros utilizada para desconto a valor presente das obrigações.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2015	AV %	2014	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	924.632	2,26	887.143	2,53	4,23
Títulos e Valores Mobiliários	2.426.746	5,94	993.994	2,84	144,14
Consumidores e Revendedores	3.580.789	8,76	2.141.844	6,12	67,18
Concessionários – Transporte de Energia	183.688	0,45	247.571	0,71	(25,80)
Ativo Financeiro da Concessão	873.699	2,14	848.375	2,42	2,99
Tributos Compensáveis	175.330	0,43	213.602	0,61	(17,92)
Imposto de Renda e Contribuição Social a	305.829	0,75	294.903	0,84	3,70

recuperar					
Dividendos a Receber	62.025	0,15	73.283	0,21	(15,36)
Fundos Vinculados	162	-	1.110	0,00	(85,41)
Estoques	37.264	0,09	39.887	0,11	(6,58)
Adiantamento a Fornecedores	87.241	0,21	4.450	0,01	1.860,47
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	71.695	0,18	344.896	0,99	(79,21)
Outros Créditos	647.638	1,59	463.320	1,34	39,78
TOTAL DO CIRCULANTE	9.376.738	22,95	6.554.378	18,73	43,06
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	83.566	0,20	17.278	0,05	383,66
Adiantamento a Fornecedores	60.000	0,15	-	-	-
Consumidores e Revendedores	133.691	0,33	208.906	0,60	(36,00)
Tributos Compensáveis	257.851	0,63	386.606	1,10	(33,30)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	205.620	0,50	207.104	0,59	(0,72)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.498.479	3,67	1.245.726	3,56	20,29
Depósitos Vinculados a Litígios	1.813.341	4,44	1.534.805	4,39	18,15
Outros Créditos	807.724	1,98	407.525	1,16	98,20
Ativo Financeiro da Concessão	2.659.805	6,51	7.474.968	21,36	(64,42)
Investimentos	9.744.847	23,85	8.039.791	22,97	21,21
Imobilizado	3.940.323	9,64	5.543.620	15,84	(28,92)
Intangível	10.275.104	25,15	3.379.296	9,65	204,06
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	31.480.351	77,05	28.445.625	81,27	10,67
TOTAL DO ATIVO	40.857.089	100,00	35.000.003	100,00	16,73

PASSIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Fornecedores	1.901.153	4,65	1.603.716	4,58	18,55
Encargos Regulatórios	516.983	1,26	105.558	0,30	389,76
Participações nos Lucros	114.031	0,28	115.698	0,33	(1,44)
Impostos, Taxas e Contribuições	740.113	1,81	554.708	1,58	33,42
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.646	0,03	42.556	0,12	(74,98)
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	1.306.815	3,20	1.643.451	4,70	(20,48)
Empréstimos e Financiamentos	5.144.792	12,59	4.151.063	11,86	23,94
Debêntures	1.155.567	2,83	1.139.592	3,26	1,40
Salários e Contribuições Sociais	220.573	0,54	194.608	0,56	13,34
Obrigações Pós-emprego	166.990	0,41	153.426	0,44	8,84
Concessões a pagar	2.811	0,01	-	-	100,00
Instrumentos financeiros – opções de venda	1.245.103	3,05	-	-	-
Outras Obrigações	548.495	1,34	418.941	1,20	30,92
TOTAL DO CIRCULANTE	13.074.072	32,01	10.123.317	28,92	29,15
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	226.413	0,55	251.937	0,72	(10,13)
Empréstimos e Financiamentos	1.792.159	4,39	1.832.307	5,24	(2,19)
Debêntures	7.074.019	17,30	6.385.776	18,25	10,78
Impostos, Taxas e Contribuições	739.711	1,81	723.176	2,07	2,29
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	689.247	1,69	611.469	1,75	12,72
Provisões	754.573	1,85	754.975	2,15	(0,05)
Obrigações Pós-emprego	3.086.381	7,55	2.478.226	7,08	24,54
Instrumentos financeiros – opções de venda	147.614	0,36	194.830	0,56	(24,23)
Outras Obrigações	285.224	0,70	359.038	1,02	(20,56)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.795.341	36,20	13.591.734	38,84	8,86
TOTAL DO PASSIVO	27.869.413	68,21	23.715.051	67,76	17,52
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	6.294.208	15,41	6.294.208	17,98	-

Reservas de Capital	1.924.503	4,71	1.924.503	5,50	-
Reservas de Lucros	4.662.723	11,41	2.593.868	7,41	79,76
Ajustes de Avaliação Patrimonial	102.264	0,25	468.332	1,34	(78,16)
TOTAL ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	12.983.698	31,78	11.280.911	32,23	15,09
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR	3.978	0,01	4.041	0,01	(1,56)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.987.676	31,79	11.284.952	32,24	15,09
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.857.089	100,00	35.000.003	100,00	16,73

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2015 em comparação a 2014 são como segue:

- Aumento de R\$1.433 milhões nos Títulos e Valores Mobiliários em função de recursos captados para pagamento da primeira parcela da outorga referente ao leilão do Lote D de geração, realizado em janeiro de 2016.
- Aumento de R\$1.439 milhões nos Consumidores e Revendedores em função principalmente dos reajustes tarifários ocorridos em 2015 nas contas de energia elétrica.
- Redução de R\$4.815 milhões no saldo do Ativo financeiro da concessão em função da renovação da concessão de distribuição, com a transferência do saldo de indenização para o ativo intangível.
- Aumento de R\$6.896 milhões no saldo do Ativo Intangível em função da transferência do saldo do Ativo Financeiro, mencionado acima, e também dos novos investimentos em distribuição realizados no ano.
- Aumento de R\$1.245 milhões no saldo dos Instrumentos Financeiros – Opções de Venda, no Passivo Circulante, em função da provisão em 2015 referente a opção de venda da Parati.
- Aumento de R\$2.069 milhões na Reserva de Lucros em função da proposta de retenção de lucros de 2015 e também dos dividendos obrigatórios de 2014 não distribuídos no valor de R\$797 milhões.

10.2

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

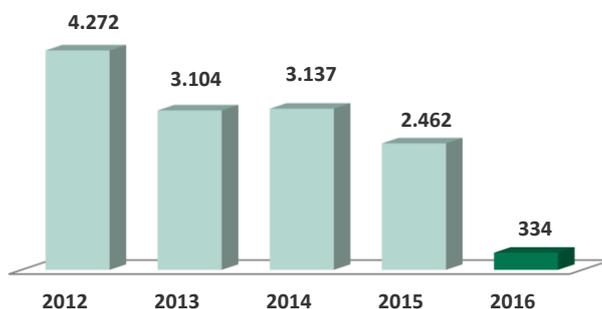
Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ milhões	Consolidado				
	2016	AV %	2015	AV %	AH %
RECEITA LÍQUIDA	18.773	100,00	21.868	100,00	(14,15)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(1.643)	(8,75)	(1.435)	(6,56)	14,49
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(7)	(0,04)	(137)	(0,63)	(94,89)
Obrigações Pós-Emprego	(346)	(1,84)	(156)	(0,71)	121,79
Materiais	(58)	(0,31)	(70)	(0,32)	(17,14)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	-	(84)	(0,38)	-
Serviços de Terceiros	(868)	(4,62)	(899)	(4,11)	(3,45)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(8.272)	(44,06)	(9.542)	(43,63)	(13,31)
Depreciação e Amortização	(834)	(4,44)	(835)	(3,82)	(0,12)
Provisões (Reversões) Operacionais	(713)	(3,80)	(1.401)	(6,41)	(49,11)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(947)	(5,04)	(999)	(4,57)	(5,21)
Gás comprado para Revenda	(877)	(4,67)	(1.051)	(4,81)	(16,56)
Custos de Construção	(1.193)	(6,35)	(1.252)	(5,73)	(4,71)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(143)	(0,76)	(427)	(1,95)	(66,51)
	<u>(15.902)</u>	<u>(84,71)</u>	<u>(18.288)</u>	<u>(86,63)</u>	<u>(13,05)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(302)	(1,61)	393	1,80	-
Ajuste referente desvalorização em investimento	(762)	(4,06)	-	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	729	3,33	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	1.805	9,61	4.702	21,50	(61,61)
Receitas Financeiras	1.041	5,55	864	3,95	20,49
Despesas Financeiras	(2.478)	(13,20)	(2.204)	(10,08)	12,43
Resultado antes dos Impostos	368	1,96	3.362	15,37	(89,05)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(174)	(0,93)	(881)	(4,03)	(80,25)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	140	0,75	(12)	(0,05)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	334	1,78	2.469	11,29	(86,44)

Resultado do Exercício

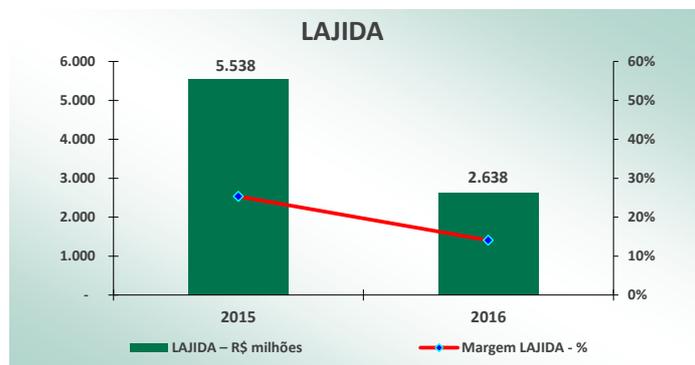
A Cemig apresentou, no exercício de 2016, um lucro líquido de R\$334 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$2.469 milhões no exercício de 2015, representando uma redução de 86,44%.

Lucro Líquido



Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - R\$ mil	2016	2015	Var %
Resultado do Exercício	334	2.469	(86,44)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	33	893	(96,30)
+ Resultado Financeiro	1.437	1.341	7,16
+ Depreciação e Amortização	834	835	(0,12)
= LAJIDA	2.638	5.538	(52,37)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresentou uma redução de 52,37% no LAJIDA. Esse resultado decorreu, principalmente, da redução do lucro líquido em 2016 comparado ao de 2015. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou redução, passando de 25,32% em 2015 para 14,05% em 2016.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2016	2015	Variação %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	23.430	22.526	4,01
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.705	1.465	16,38
CVA e Outros Componentes Financeiros (1)	(1.455)	1.704	(185,39)
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	312	261	19,54
Receita de Construção de Transmissão	54	146	(63,01)
Receita de Indenização de Transmissão	751	101	643,56
Receita de Construção de Distribuição	1.139	1.106	2,98
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	8	576	(98,61)
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (1)	299	-	-
Transações com energia na CCEE	161	2.425	(93,36)
Fornecimento de Gás	1.444	1.667	(13,38)
Outras Receitas Operacionais	1.422	1.441	(1,25)
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(10.497)	(11.549)	(9,11)
Receita Operacional Líquida	18.773	21.868	(14,15)

(1) Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$23.430 milhões em 2016 em comparação a R\$22.526 milhões em 2015, o que representa um aumento de 4,01%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$20.458 milhões em 2016 comparada a R\$20.319 milhões em 2015, um aumento de 0,68%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;

- redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- redução de 6,47% no volume de energia vendida.

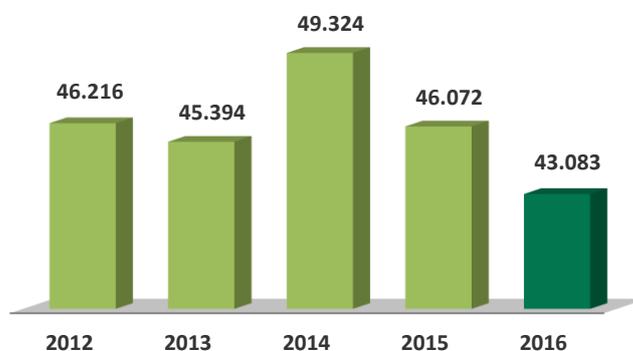
Evolução do Mercado

O mercado consiste na venda de energia para (I) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (II) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados brasileiros, no ACL - Ambiente de Contratação Livre; (III) outros agentes do setor elétrico - comercializadores, geradores e produtores independentes de energia, no ACL e (IV) distribuidoras no ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

A energia comercializada pelo grupo Cemig, em 2016, totalizou 55.601 GWh, em comparação a 56.904 GWh em 2015, uma redução de 2,3%, enquanto que o volume de energia transportada para clientes livres, por meio dos sistemas de transmissão e de distribuição, teve crescimento de 9,7%, atingindo o montante de 16.338 GWh.

As variações no fornecimento de energia elétrica a consumidores finais nos últimos cinco anos podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



O mercado da Cemig encontra-se detalhado a seguir:

	MWh (1)		
	2016	2015	Var %
Residencial	9.915.807	9.829.992	0,87
Industrial	19.494.391	22.968.931	(15,13)
Comércio, Serviços e Outros	6.572.980	6.433.728	2,16
Rural	3.574.724	3.379.734	5,77
Poder Público	885.748	892.368	(0,74)
Iluminação Pública	1.350.405	1.325.525	1,88
Serviço Público	1.252.043	1.204.461	3,95
Subtotal	43.046.098	46.034.739	(6,49)
Consumo Próprio	37.140	37.661	(1,38)
	43.083.238	46.072.400	(6,49)

Suprimento a Outras Concessionárias (2)	12.508.453	10.831.194	15,49
Total	55.591.691	56.903.594	(2,31)

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

O consumo de energia elétrica vem sendo afetado principalmente pelas condições adversas das conjunturas política e econômica nacionais, adicionando-se os relevantes aumentos de tarifas de energia elétrica que ocorreram especialmente em 2015.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou um pequeno aumento de 0,87% em relação a 2015. Este aumento decorre de incorporação de 160 mil novas instalações em 2016, parcialmente compensado por uma redução de 1,35% no consumo médio mensal por consumidor, que foi de 124,6 kWh/mês em 2016 comparado a 126,3 kWh/mês em 2015.

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 15,13% em relação a 2015. Esta redução decorre, principalmente, dos seguintes

fatores:

- menor disponibilidade de energia para comercialização devido às condições de renovação das concessões, cuja energia foi redirecionada para modalidade de Cota de Garantia Física;
- redução de consumo dos clientes industriais em função da contínua retração da atividade econômica estadual, principalmente a mineradora, e nacional e do desempenho da economia internacional.

Comercial, Serviços e Outros: A energia consumida aumentou 2,16%, decorrente, basicamente, do crescimento do volume de energia faturada pela Cemig GT e suas subsidiárias integrais aos clientes livres, compensado parcialmente pela redução no volume faturado aos consumidores cativos da Cemig D.

Rural: O consumo dessa classe aumentou 5,77%. O aumento de consumo deve-se ao baixo volume de chuvas no período úmido, nos meses de fevereiro a abril de 2016, e temperaturas mais altas ao longo do 1º semestre de 2016, levando ao maior uso dos sistemas de irrigação.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), aumentaram 1,89% no ano de 2016.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2016, a receita foi de R\$1.705 milhões comparada a R\$1.465 milhões em 2015, um aumento de 16,38%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Demonstrações Financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma redução de receitas de R\$1.455 milhões em 2016, em comparação a um aumento de receita de R\$1.704 milhões em 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um passivo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de Distribuição

A Receita relacionada ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição foi de R\$8 milhões em 2016, comparados a R\$576 milhões em 2015. Essa variação deve-se à redução na estimativa dos ativos financeiros a serem indenizados ao final da concessão após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 14.

Receita de Indenização da Transmissão

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$751 milhões, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20 milhões referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL do Laudo enviado pela Companhia, que foi de R\$1.157 milhões em 23 de fevereiro de 2015 e a revisão final;

- R\$90 milhões referentes à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$438 milhões referentes ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R\$44 milhões referentes à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$159 milhões referentes à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

O montante a receber, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$1.805 milhões (R\$1.054 milhões em 31 de dezembro de 2015). Mais detalhes na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$161 milhões em 2016 comparada a R\$2.425 milhões em 2015, redução de 93,36%.

Em 2016 houve uma redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.444 milhões em 2016 comparada a R\$1.667 milhões em 2015, uma redução de 13,38%. Decorrente, basicamente, da diminuição no volume de gás vendido (1.066.351m³ em 2016 comparados a 1.414.464 m³ em 2015), sendo compensado parcialmente pelos reajustes nas tarifas.

Receita de Construção

As receitas de construção de ativos relacionados às infraestruturas das concessões de transmissão e de distribuição foram de R\$1.193 milhões em 2016 comparadas a R\$1.252 milhões em 2015, apresentando redução de 4,71%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram um aumento de 19,04% nos períodos comparados (R\$1.733 milhões em 2016 em comparação a R\$1.702 milhões em 2015).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$10.497 milhões em 2016 comparados a R\$11.549 milhões em 2015, representando uma redução de 9,11%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.074 milhões em 2016 comparados a R\$2.870 milhões em 2015. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2016 o montante de R\$15.903 milhões comparados a R\$18.288 milhões em 2015, uma redução de 13,04%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$8.273 milhões em 2016 comparada a R\$9.542 milhões em 2015, representando uma redução de 13,30%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 36,15% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$2.540 milhões em 2016, comparados a R\$3.978 milhões em 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a conseqüente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- redução de 34,03% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.144 milhões em 2016, comparados a R\$1.734 milhões em 2015. Essa variação decorre principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês em 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;
- aumento de 18,72% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$3.279 milhões em 2016 comparado a R\$2.762 milhões em 2015. Esta variação é decorrente, basicamente, do aumento de 24,41% no volume de compra realizado pela Cemig GT (19.002.578 MWh em 2016 em comparação a 15.273.685 MWh em 2015), em função da redução da capacidade de geração própria, tendo em vista o término da concessão de determinadas usinas da Cemig GT, que passaram a ser operadas pelo regime de cotas de garantia física, refletindo no aumento de 118,25% da compra de energia da Cemig D através de contratos por cota de garantia física (R\$550 milhões em 2016 e R\$252 milhões em 2015);
- redução de 18,61% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente da redução dos preços da energia no mercado atacadista (R\$761 milhões em 2016 e R\$935 milhões em 2015).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 26 destas Demonstrações Financeiras.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$947 milhões em 2016, comparados a R\$999 milhões em 2015, representando uma redução de 5,21%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões e Ajustes para Perdas Operacionais

As Provisões e Ajustes para Perdas Operacionais foram de R\$713 milhões em 2016, comparadas a R\$1.401 milhões em 2015, uma redução de 49,11%. Esta variação decorre, principalmente, do ajuste nas perdas referentes às opções de investimento da

Parati, no montante de R\$55 milhões, em comparação a uma provisão de R\$1.079 milhões em 2015, devido, principalmente, à valorização de 76,24% nas ações da Light em 2016, importante variável para o cálculo do valor justo da opção de venda com base no modelo Black-Scholes-Merton, bem como o pagamento de R\$498 milhões de dividendos das empresas do grupo Parati ao longo do exercício de 2016, que possibilitou uma redução de R\$702 milhões no valor do preço de exercício. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 (Opções de Venda).

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.643 milhões em 2016 comparada a R\$1.435 milhões em 2015, representando um aumento de 14,48%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- reajustes salariais de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$93 milhões.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$7 milhões em 2016 comparada a R\$137 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado representou uma despesa no valor de R\$345 milhões em 2016, em comparação a uma despesa de R\$156 milhões em 2015.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015. Com o desligamento da UTE Igarapé a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação de geração de energia elétrica.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$1.193 milhões em 2016 comparados a R\$1.252 milhões em 2015, uma redução de 4,71%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

Gás Comprado para Revenda

Em 2016 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$877 milhões, comparada a uma despesa de R\$1.051 milhões em 2015, representando uma redução de 16,56%. Esta variação decorre, basicamente, da redução da quantidade de gás comprado (1.063.677m³ em 2016 comparados a 1.405.732m³ em 2015).

Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor total de R\$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova. Mais informações na nota explicativa nº 15.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 15.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No exercício de 2016 a Companhia apurou uma perda com equivalência patrimonial no montante de R\$302 milhões, comparados a um ganho de R\$393 milhões em 2015. Essa variação reflete, de acordo com as participações detidas pela Companhia, principalmente, o prejuízo de R\$359 milhões da Renova Energia em 2016, em função, basicamente, de ajuste para perdas por desvalorização em investimento na Terraform e baixa de opção de venda com a SunEdison, somado ao ajuste para perdas por desvalorização em ativos de R\$68 milhões realizado pela Guanhães. Mais detalhes na nota explicativa nº14.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.437 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.341 milhões em 2015 (Reapresentado). Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento de 39,11% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$1.928 milhões em 2016 comparados a R\$1.386 milhões em 2015. Este resultado decorre do aumento em 2016 do custo da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 14,06% em 2016 em comparação a 13,23% em 2015;
- redução de 36,69% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$245 milhões em 2016, comparados a R\$387

milhões em 2015, decorrente, principalmente, da menor variação do IPCA em 2016 (6,29% em 2016 comparado a 10,67% em 2015).

- redução de 79,65% nas despesas com variações cambiais, no montante de R\$35 milhões em 2016, comparados a R\$172 milhões em 2015, decorrente, substancialmente, da menor variação do Dólar em 2016 (desvalorização de 16,54% em 2016 em comparação à valorização de 47,01% em 2015).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 27 e mais detalhes sobre a reclassificação de saldos contábeis na Nota Explicativa nº 2.8 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2016, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$33 milhões em relação ao Resultado de R\$368 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 8,97%. A Companhia apurou em 2015 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$893 milhões em relação ao Resultado de R\$3.362 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 26,55%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

R\$ milhões	Consolidado				
	2015	AV %	2014	AV %	AH %
RECEITA LÍQUIDA	21.868	100,00	19.598	100,00	11,58
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(1.435)	(6,56)	(1.252)	(6,39)	14,62
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(137)	(0,63)	(249)	(1,27)	(44,98)
Obrigações Pós-Emprego	(156)	(0,71)	(212)	(1,08)	(26,42)
Materiais	(70)	(0,32)	(99)	(0,51)	(29,29)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(84)	(0,38)	(282)	(1,44)	(70,21)
Serviços de Terceiros	(899)	(4,11)	(953)	(4,86)	(5,676)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(9.542)	(43,63)	(7.428)	(37,90)	28,46
Depreciação e Amortização	(835)	(3,82)	(801)	(4,09)	4,24
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	(127)	(0,65)	(100,00)
Provisões (Reversões) Operacionais	(1.401)	(6,41)	(581)	(2,96)	141,14
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(999)	(4,57)	(744)	(3,80)	34,27
Gás comprado para Revenda	(1.051)	(4,81)	(254)	(1,30)	313,78
Custos de Construção	(1.252)	(5,73)	(942)	(4,81)	32,91
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(427)	(1,95)	(525)	(2,68)	(18,67)
	(18.288)	(86,63)	(14.451)	(73,74)	26,55
Resultado de Equivalência Patrimonial	393	1,80	210	1,07	87,14
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	729	3,33	-	-	-
Resultado com combinação de Negócios	-	-	281	1,07	(100,00)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	4.702	21,50	5.638	28,77	(16,6)
Receitas Financeiras	864	3,95	535	2,73	61,50

Despesas Financeiras	(2.204)	(10,08)	(1.694)	(8,64)	30,11
Resultado antes dos Impostos	3.362	15,37	4.479	22,85	(24,94)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(881)	(4,03)	(1.259)	(6,42)	(30,02)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(12)	(0,05)	(83)	(0,42)	(85,54)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.469	11,29	3.137	16,01	(21,29)

Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2015, um lucro líquido de R\$2.469 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$3.137 milhões no exercício de 2014, representando uma redução de 21,29%. As principais variações no resultado estão descritas a seguir.

O LAJIDA da Cemig em 2015 apresentou uma redução de 22,36% na comparação com 2014.

LAJIDA - R\$ mil	2015	2014	Var %
Resultado do Exercício	2.469	3.137	(21,29)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	893	1.342	(33,46)
+ Resultado Financeiro	1.341	1.159	(15,70)
+ Depreciação e Amortização	835	801	4,24
= LAJIDA	5.538	6.382	(13,22)

Receita operacional

i. Descrição de componentes importantes da receita

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2015	2014	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	22.526	17.232	30,72
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição			
– TUSD	1.465	855	71,35
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.704	1.107	53,93
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	261	557	(53,14)
Receita de Construção de Transmissão	146	80	82,50
Receita de Indenização de Transmissão	101	420	(75,95)
Receita de Construção de Distribuição	1.106	862	28,31
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	576	58	893,10
Transações com energia na CCEE	2.425	2.348	3,28
Fornecimento de Gás	1.667	422	295,02
Outras Receitas Operacionais	1.440	1.283	12,24
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(11.549)	(5.626)	105,28
Receita Operacional Líquida	21.868	19.598	11,58

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$22.526 milhões em 2015 em comparação a R\$17.232 milhões em 2014, o que representa um aumento de 30,72%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$20.319 milhões em 2015 comparada a R\$14.922 milhões em 2014, um aumento de 36,17%.

ii. Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral em 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a dezembro de 2015;
- redução de 10,35% no volume de energia vendida.

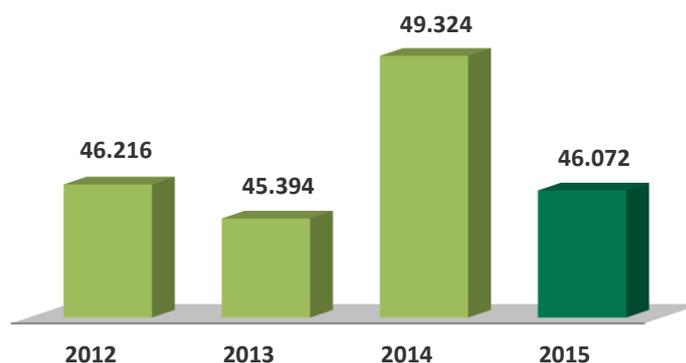
b./c. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

As variações nos 4 últimos anos no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação do fornecimento de energia no ano de 2015, comparativamente a 2014:

	MWh (1)		
	2015	2014	Var %
Residencial	9.829.992	10.013.757	(1,84)
Industrial	22.968.931	26.025.584	(11,74)
Comércio, Serviços e Outros	6.433.728	6.395.473	0,60
Rural	3.379.734	3.390.096	(0,31)
Poder Público	892.368	891.454	0,10
Iluminação Pública	1.325.525	1.298.047	2,12
Serviço Público	1.204.461	1.272.365	(5,34)
Subtotal	46.034.739	49.286.776	(6,60)
Consumo Próprio	37.661	37.590	0,19
	46.072.400	49.324.366	(6,59)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	10.831.194	14.146.109	(23,43)
Total	56.903.594	63.470.475	(10,35)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou redução de 1,84% em relação a 2014. A redução de consumo de energia desta classe está associada aos aumentos significativos da tarifa de energia elétrica em 2015, o que provocou restrição no consumo, associado a aplicação da bandeira tarifária no ano de 2015. Em 2015 ocorreu uma redução de 3,6% no consumo médio mensal por consumidor, que foi de 126,5 kWh/mês em 2015 comparado a 131,2 kWh/mês em 2014, situação não observada desde 2008.

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 11,74% em relação a 2014, decorrente, principalmente, do término de contratos de clientes no final do ano de 2014 e não renovados com a Cemig GT, e redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Comercial, Serviços e Outros: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 0,60%, decorrente,

basicamente, do crescimento do volume de energia faturada pela Cemig GT e suas subsidiárias Integrais aos clientes livres, compensado pela redução no volume faturado aos consumidores cativos da Cemig D.

Rural: O consumo dessa classe reduziu 0,31%, em decorrência, basicamente, do menor uso dos sistemas de irrigação e à elevação do preço da energia no ano de 2015, impactando o custo de produção.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), reduziram 1,13% no ano de 2015.

Receita com suprimento a Outras Concessionárias

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$2.208 milhões em 2015 comparada a R\$2.310 milhões em 2014, o que representou uma redução de 4,42%. Esta variação é decorrente da redução de 23,43% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 10.831.194 MWh em 2015, comparada a 14.146.109 MWh em 2014.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2015, a receita foi de R\$1.465 milhões comparada a R\$855 milhões em 2014, um aumento de 71,35%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79% (efeito integral em 2015) e novo impacto percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21%. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 24). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pela redução dos níveis de atividades do setor industrial no período, com uma redução de 11,74% na quantidade de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$1.704 milhões em 2015 (R\$1.107 milhões em 2014).

Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Aumento do ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, sendo R\$606 milhões em 2015, em comparação a R\$58 milhões em 2014 em função dos seguintes fatores:

- alteração do indexador de atualização. Em novembro de 2015, a ANEEL determinou a alteração do indexador da BRR que passou de IGP-M para IPCA. Essa alteração gerou uma atualização retroativa a janeiro de 2013. O impacto dessa alteração na receita financeira registrada em dezembro de 2015 foi de R\$143 milhões.
- maior variação do atual indexador da BRR, o IPCA, que variou 10,67% em 2015, em comparação a uma variação do IGP-M de 3,69% em 2014.
- em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110 milhões em função da homologação definitiva da BRR da Cemig Distribuição;

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.425 milhões em 2015 comparada a R\$2.348 milhões em 2014, um aumento de 3,28% decorrente do aumento da quantidade de energia comercializada (7.157.641 MWh em 2015 e 3.354.224 MWh em 2014) compensado pela redução de 58,31% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no mercado atacadista (R\$287,20/MWh em 2015 e R\$688,89/MWh em 2014).

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.667 milhões em 2015 comparada a R\$422 milhões em 2014, um aumento de 295,02%. Esta variação decorre, basicamente, do fato da GASMIG ter sido consolidada a partir de outubro de 2014, portanto a receita de 2014 é correspondente somente a três meses.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão e distribuição) foram de R\$1.252 milhões em 2015 comparadas a R\$942 milhões em 2014, apresentando aumento de 32,91%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$11.549 milhões em 2015 comparados a R\$5.626 milhões em 2014, representando um aumento de 105,30%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos custos com CDE, explicado em maiores detalhes a seguir, e também da variação na receita bruta, considerando que para a maior parte dos tributos o cálculo é feito com base em percentual do faturamento.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações

de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.870 milhões em 2015 comparados a R\$211 milhões em 2014. Essa variação decorre do novo orçamento para a CDE em 2015, em que a ANEEL elevou o montante anual a ser pago pela Cemig D, sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Em 2015, com a instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a Companhia apresentou encargos do consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias incidentes sobre a receita no montante de R\$1.067 milhões.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2015 o montante de R\$18.288 milhões comparados a R\$14.451 milhões em 2014, um aumento de 26,55%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$9.542 milhões em 2015 comparada a R\$7.428 milhões em 2014, representando um aumento de 28,46%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 22,70% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.978 milhões em 2015, comparados a R\$3.242 milhões em 2014, decorrente, principalmente, dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 108,92% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.734 milhões em 2015, comparados a R\$830 em 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar norte-americano frente ao Real em 2015, comparado a 2014. O Dólar médio relativo às faturas em 2015 foi de R\$3,38, em comparação a R\$2,35 em 2014, o que representou uma variação de 43,83%;
- aumento de 56,75% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$2.762 milhões em 2015 comparado a R\$1.762 milhões em 2014. Esta variação é decorrente, basicamente, do aumento de 48,10% no volume de

compra realizado pela Cemig GT (15.273.685 MWh em 2015 em comparação a 10.313.226 MWh em 2014), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas;

- redução de 25,97% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente da redução dos preços da energia no mercado atacadista (R\$935 milhões em 2015 e R\$1.263 milhões em 2014).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$999 milhões em 2015, comparados a R\$744 milhões em 2014, representando um aumento de 34,27%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$1.401 milhões em 2015, comparadas a R\$581 milhões em 2014, um aumento de 141,14%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de provisão nas opções de investimento da Parati e SAAG, nos montantes de R\$1.079 milhões e R\$119 milhões, respectivamente. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 14 (Opções de Venda).

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.435 milhões em 2015 comparada a R\$1.252 milhões em 2014, representando um aumento de 14,62%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

reajustes salariais de 6,34% a partir de novembro de 2014 (efeito integral em 2015), em função de Acordo Coletivo;

reajustes salariais de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;

reajustes salariais de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015 comparados a R\$282 milhões em 2014, redução de 70,21%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a

interrupção das atividades da usina nesse ano para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$1.252 milhões no exercício de 2015 comparados a R\$942 milhões do mesmo período de 2014, um aumento de 32,91%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No exercício de 2015 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$1.051 milhões comparada a uma despesa de R\$254 milhões em 2014, representando um aumento de 313,78%. Esta variação decorre, basicamente, do fato da GASMIG ter sido consolidada a partir de outubro de 2014, portanto o custo com compra de gás em 2014 é correspondente somente a três meses.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No exercício de 2015 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$393 milhões comparados a um ganho líquido de R\$210 milhões em 2014. Esta variação decorre, principalmente, do menor prejuízo, em 2015, da controlada em conjunto Madeira Energia S.A.. No exercício de 2015 a Madeira Energia apurou um prejuízo de R\$155 milhões comparado a um prejuízo de R\$388 milhões em 2014.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.340 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.159 milhões em 2014. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$68 milhões no exercício de 2015;
reconhecimento da variação monetária de depósitos vinculados a litígios, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$212 milhões em 2015;
- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, que foi de R\$172 milhões em 2015 comparados ao montante de R\$26 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, dos impactos verificados na Cemig D em função da maior variação do Dólar em 2015 (47,01% no exercício de 2015 em comparação a 13,39% em 2014);

- aumento de 48,44% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$1.382 milhões em 2015 comparados a R\$931 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 13,23% no exercício de 2015 em comparação a 10,81% em 2014;
- aumento de 42,80% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$387 milhões em 2015, comparados a R\$271 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (10,67% no exercício de 2015 em comparação a 6,41% em 2014);
- redução de 15,77% na receita de aplicações financeiras: R\$251 milhões em 2015 comparados a R\$298 milhões em 2014, em função de menor volume de recursos aplicados em 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$893 milhões em relação ao Resultado de R\$3.384 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 26,83%. A Companhia apurou em 2014 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.343 milhões em relação ao Resultado de R\$4.479 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 29,97%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2016.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Investimento em Ativos de Transmissão

Alterações ocorridas na composição acionária das empresas do Grupo TBE em junho de 2014:

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) – alteração do percentual de participação da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) no capital social total, de 49,99% para 35,41%; Inclusão da EATE no capital social da ERTE, com participação de 29,16% no capital social total.

Em agosto de 2014, ocorreram as seguintes alterações na composição acionária das empresas do Grupo TBE:

- Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (“STC”) - alteração do percentual de participação da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) no capital social total, de 80% para 61,55%, e inclusão da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) no capital social da STC, com participação de 18,45%;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) – alteração do percentual de participação da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) no capital social total, de 49,99% para 35,41%;
- Inclusão da EATE no capital social da ERTE, com participação de 29,16% no capital social total.

Em outubro de 2014, ocorreram as seguintes alterações na participação do capital social da ERTE:

- TAESA teve sua participação alterada de 35,41% para 24,99%;
- EATE teve sua participação alterada de 29,16% para 20,59%;

- Inclusão de participação da ENTE, no total de 29,41%. Anteriormente, a ENTE não possuía participação societária na ERTE.

Em dezembro de 2014, ocorreram as seguintes alterações na participação do capital social da ERTE:

- Taesa teve sua participação alterada de 24,99% para 21,95%;
- EATE teve sua participação alterada de 20,59% para 18,08%;
- ENTE teve sua participação alterada de 29,41% para 38,02%.

Opções de venda de ações na TAESA

A subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG GT”) concedeu ao Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”), acionista da TAESA que integra o bloco de controle da TAESA, uma opção de venda de suas ações da TAESA, exercível em outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na TAESA, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela TAESA. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira. Até a presente data a opção não foi exercida pelo FIP Coliseu.

Os cotistas do FIP Coliseu aprovaram na 19ª Assembleia Geral de Cotistas realizada em 21 de outubro de 2014 a prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu, que deveria encerrar-se no dia 26 de outubro de 2014, por até 720 dias contados de 21 de outubro de 2014. A Cláusula 16.1.1 do Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas da TAESA (“Acordo de Acionistas da TAESA”) estabelece que o Santander Participações S.A. (“Santander”), cotista do FIP Coliseu e, portanto, acionista indireto da TAESA, deixaria de ser parte do Acordo de Acionistas da TAESA em 30 de outubro de 2014. Para tornar efetiva tal desvinculação do Acordo de Acionistas da TAESA e, ainda, por força da prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu mencionada acima, foi realizada a 20ª Assembleia Geral de Cotistas do FIP Coliseu, ocasião em que foi aprovada a cisão parcial do FIP Coliseu, com a versão das ações ordinárias da TAESA de titularidade indireta da Santander, então detidas pelo FIP Coliseu, para o Fundo de Investimento em Participações Resling, cujo único cotista é o próprio Santander (“FIP Resling”). Dessa forma, o FIP Resling tornou-se detentor de 76.258.597 ações ordinárias da TAESA. Por solicitação do Santander, o Conselho de Administração da TAESA homologou, no dia 30 de outubro de 2014, a conversão de 50.839.064 ações ordinárias detidas pelo FIP Resling em ações preferenciais. O Conselho de Administração da TAESA, na sequência, também por solicitação do Santander, homologou a emissão de 25.419.532 *units* da TAESA em favor do FIP Resling, mediante o grupamento das 50.839.064 ações preferenciais convertidas às 25.419.532 ações ordinárias detidas pelo FIP Resling em 30 de outubro de 2014. Após a cisão das ações de titularidade do Santander e emissão das

units, a composição do capital social da TAESA foi alterada, conforme disposto na tabela abaixo:

	Ações ON	%	Ações PN	%	Capital Total	%
FIP Coliseu	228.775.790	35,7%	-	0,0%	228.775.490	22,1%
Cemig	293.072.229	45,7%	155.050.644	39,5%	448.122.873	43,4%
Mercado	93.446.517	14,6%	186.892.944	47,6%	280.339.461	27,1%
FIP Resling	25.419.533	4,0%	50.839.064	12,9%	76.258.597	7,4%
Total	640.714.069	100,0%	392.782.652	100,0%	1.033.496.721	100,0%

As demais cláusulas do Acordo de Acionistas da TAESA permanecem validas até o fim das concessões, sendo, portanto, mantida a gestão compartilhada da TAESA entre a CEMIG e o FIP Coliseu ou seus sucessores.

Opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do FIP Redentor

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia, até o primeiro trimestre de 2016, observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, iria requerer a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia havia adotado o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das ações. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente até 31 de março de 2016, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários). Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati no segundo trimestre de 2016, descritas abaixo, com reflexo nas condições e prazos para exercício da opção de venda, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções.

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

- 1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:
 - a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderia ser manifestada por acionista(s) direto(s), independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobaria apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos. O pagamento pela Cemig deveria ocorrer até 30 de novembro de 2016;
 - b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;
- 2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;

- 3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,
- 4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais, ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa), e, como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

Valor da exposição da Companhia

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	1.245.103	165.801
Adições	54.538	1.079.302
Baixas	(149.760)	-
Saldo Final	1.149.881	1.245.103

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 31 de dezembro de 2016 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A RME e a LEPSA são Holdings não-operacionais e tem como finalidade primária a gestão de sua participação direta na Light. Consequentemente, as receitas das referidas Holdings são oriundas de suas participações nos resultados da Light e de forma residual pela receita financeira obtida pela aplicação dos valores disponíveis em caixa. Adicionalmente, considerando que: i) é do interesse dos acionistas de ambas empresas a distribuição de todo o resultado do exercício, e ii) que o resultado operacional, financeiro e a evolução das contas de reserva da RME e LEPSA são imateriais para o cálculo da opção de venda; tem-se que a única incerteza no fluxo dessas empresas está associada à incerteza da própria Light, de modo que as ações das referidas empresas são avaliadas como se participações diretas na Light o fossem. Assim, o ativo adjacente das opções é a Light S.A., tendo como preço de fechamento do ativo objeto o mensurado para uma ação da Light no último dia útil do exercício findo de 2016 multiplicado pelo número de ações equivalentes da participação indireta dos detentores da PUT Parati na Light. Já a volatilidade é calculada utilizando-se um modelo de volatilidade condicional com base na série de retornos capitalizados em tempo contínuo da Light S.A.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$1.126.176 e R\$1.259.623, respectivamente.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”)

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 22,4 bilhões (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 31 de dezembro de 2016, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação direta e indireta da Companhia CEMIG GT nesta controlada em conjunto foi de R\$ 4 bilhões.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.424,2 MW A, atingida em janeiro de 2017 com a entrada em operação comercial total das 50ª unidade geradora.

A CEMIG reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R\$ 134,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente, principalmente, do reconhecimento, em 2016, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (Generation Scaling Factor - Fator de ajuste de geração), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade e por uma elevação da despesa financeira decorrente do aumento do

número de turbinas de 35 para 44 em 2016, cujas despesas financeiras são alocadas no resultado, proporcionalmente ao número de turbinas, além da alta da TJLP

Outro fato relevante aconteceu em 21 de outubro de 2014 quando foi realizada Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), e a CEMIG GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, fosse suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela CEMIG GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014, conforme mencionada no parágrafo acima.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e CEMIG GT em suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar foi instaurada em abril de 2015.

Em setembro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral, tendo sido considerados procedentes todos os pleitos da CEMIG GT e SAAG.

Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”)

No dia 06 de junho de 2014, a Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”) alienou ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas, correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG, para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a CEMIG GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A CEMIG GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% do capital social votante da referida SPE, preservando a natureza privada da estrutura de investimentos. A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA. Com a conclusão da operação em 25 de agosto de 2014 e outros aportes de capital realizados até março de 2016, a CEMIG GT passou a deter uma participação indireta de 8,13% na MESA, além de sua participação direta de 10%.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até junho de 2043, data de encerramento da concessão.

Aquisição de participação na Brasil PCH e Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”)

Em 14 de junho de 2013, a CEMIG GT celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A (“Petrobras”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a CEMIG GT celebrou um Acordo de Investimento juntamente com a Renova, a RR Participações S.A. (“RR”), a Light Energia e a Chipley. O Acordo de Investimento teve como objetivo regular a entrada da CEMIG GT no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização pela CEMIG GT de novas ações que foram emitidas pela Renova, bem como a estruturação da Chipley como veículo de crescimento, com participação da CEMIG GT e da Renova, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

O preço de emissão das ações da Renova foi estabelecido em R\$16,2266 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela CEMIG GT de R\$1.414.733, atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943 milhões, cujos recursos para a aquisição foram via adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) da CEMIG GT na Chipley.

Em 31 de março de 2014 a CEMIG GT realizou o AFAC na Renova no valor de R\$810.128.654,56.

Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia Elétrica

Em 19 de dezembro de 2013, a CEMIG GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S.A. (“Vale”), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”), que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica (“Associação”).

Em 05 de agosto de 2014, a CEMIG GT e a Vale celebraram o Contrato Definitivo de Associação, regulando, dentre outras matérias, a aquisição pela CEMIG GT de participação no capital social da Aliança, mediante a subscrição e integralização de 98.029 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Assim, a CEMIG GT passou a deter 45% de participação no capital social votante e total da Aliança, enquanto a Vale passou a deter 55% de participação no capital social votante e total da referida empresa. O Contrato Definitivo de Associação prevê que, após o cumprimento das condições precedentes, o segundo aumento do capital social da Aliança ocorrerá na data de fechamento da operação, de modo que as ações a serem emitidas serão subscritas e integralizadas pela CEMIG GT e pela Vale, preservando-se as participações de 55% para a Vale e 45% para a CEMIG GT, mediante a transferência das participações, por elas detidas, nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga.

Em 27 de fevereiro de 2015, após aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da CEMIG, foi concluída a operação de Associação entre a Vale e a CEMIG GT, mediante a integralização na Aliança, das participações societárias detidas pela Vale e pela CEMIG GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga.

A Aliança passou a ter a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração, os quais, à época da aprovação da transação, eram avaliados em R\$4,5 bilhões. Vale e CEMIG GT detinham, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta empresa.

Os Consórcios Aimorés e Funil e Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Cemig Capim Branco”) estão em processo de baixa na Receita Federal.

A CEMIG GT adquiriu, pelo valor aproximado de R\$206.000.000,00, 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S.A., que detinha a participação de 9% da Norte Energia S.A. (“Norte Energia”) pertencentes à Vale. O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de fevereiro de 2015, foi pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a CEMIG GT passou a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

Os contratos da Associação e de aquisição estabeleceram o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

Aquisição de participação no Consórcio da Usina de Capim Branco

A Cemig Capim Branco, subsidiária integral da CEMIG, concluiu em 28 de maio de 2013 a aquisição de 30,3030% de participação na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda.”, empresa do Grupo Paineiras, que detém 17,89% de participação no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”). Portanto, esta aquisição corresponde a uma participação adicional de 5,42% no Consórcio.

O valor da avaliação econômica referente à participação adquirida correspondeu a R\$94 milhões.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear de junho de 2013 até agosto de 2036, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda.”, classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em coligadas:

	Valores justos das participações adquiridas (30,30%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Contas a receber	1.756
Ativo Imobilizado	55.471
Ativo intangível	56.613
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(598)
Impostos diferidos	(19.258)
Total dos ativos líquidos	94.184

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R\$55,4 milhões.

No dia 27 de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da CEMIG deliberou autorizar a incorporação da Cemig Capim Branco pela CEMIG GT e, após, a sua consequente extinção. A incorporação consiste na transferência da CEMIG para a CEMIG GT

das participações diretas e indiretas detidas pela Cemig Capim Branco, equivalentes a 26,4752% das UHEs Amador Aguiar I e II, sendo que, desse total, Cemig Capim Branco detém de forma direta 21,0526% das UHEs Amador Aguiar I e II e Cemig Capim Branco detém 30,3030% do capital social da Epícares Empreendimentos e Participações Ltda. que, por sua vez, detém 17,8947% das UHEs Amador Aguiar I e II. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) aprovou a transferência.

Essa incorporação era uma das condições precedentes para a integralização na Aliança, das participações detidas por Vale e CEMIG GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga.

Em decorrência da incorporação, houve aumento do capital social da CEMIG GT de R\$1.137.710.409,94 e alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da CEMIG GT.

Atividades com a Renova em 2014

Em janeiro de 2014, ocorreu a criação na Renova de 9 SPEs de geração eólica, com participação de 99%: as Centrais Eólicas Bela Vista II Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista III Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista IV Ltda., as Centrais Eólicas Bela Vista V Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista VI Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista VII Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista IX Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista X Ltda. e as Centrais Eólicas Bela Vista XI Ltda..

Em abril de 2014, ocorreu a criação, pela Renova, de 17 SPEs de geração eólica, com sede em Guanambi – Bahia: Centrais Eólicas Umburanas 1 Ltda., Centrais Eólicas Umburanas 2 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 3 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 4 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 5 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 6 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 9 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 10 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 11 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 12 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 13 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 14 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 15 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 16 Ltda. e Centrais Eólicas Umburanas 18 Ltda..

Em agosto de 2014, ocorreu a criação do Consórcio Renova Moinhos de Vento na Renova, com a participação de 99,99%, com o objetivo exclusivo de participação em leilões relacionados a projetos de energia renovável e desenvolvimento de projetos de energia eólica.

Em outubro de 2014, ocorreu a entrada da CEMIG GT no bloco de controle da Renova, com participação no capital votante de 36,62% e no capital total de 27,37% e a consequente alteração da participação da Light Energia no capital votante, de 33,51% para 21,2%, e no capital total, de 21,86% para 15,87%. Em 27 de outubro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Renova, subsidiária da Light Energia, aprovaram a homologação do

Aumento de Capital no valor total de R\$1.550.264.983,19, por meio da emissão de 87.186.035 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$17,7789 por ação. A participação da Light Energia na Renova passou a ser de 15,9% do capital social total e de 21,2% das ações ordinárias, ficando mantidas todas as suas ações vinculadas ao bloco de controle. Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras da CEMIG relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Em novembro de 2014, ocorreu a constituição, pela Renova, de 2 empresas sub-*holdings*, denominadas Diamantina Eólica Participações S.A. e Alto Sertão Participações S.A., com 99,99% de participação, que têm por objeto social a participação no capital de outras sociedades, na área de geração de energia e na comercialização de energia elétrica.

Em dezembro de 2014, ocorreu a redução de capital da Chipley SP Participações referente aos 40% de participação da CEMIG GT na Chipley e, a alteração do percentual de participação da Renova na Chipley SP Participações, de 59,00% para 99,99%.

Aumento da participação da CEMIG na Companhia de Gás de Minas Gerais (“GASMIG”)

Em 2014, a CEMIG realizou a aquisição de 40% de participação da Gaspetro, subsidiária da Petrobras, na GASMIG, conforme aprovado pelos Conselhos de Administração da CEMIG e da Petrobras.

A aquisição, ocorrida em 29 de julho de 2014 pelo valor de R\$600 milhões, estava sujeita a determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a anuência do poder concedente do Estado de Minas Gerais. Esta aquisição pela CEMIG é parte de sua estratégia de criação, em parceria com a Gás Natural Fenosa (“GNF”), da Gás Natural do Brasil S.A. (“GNB”), que será sua plataforma de consolidação de ativos e investimentos em projetos de gás natural.

A aquisição foi aprovada sem restrições pelo CADE em 03 de setembro de 2014 e, em outubro de 2014, houve a alteração na participação da CEMIG na GASMIG, no capital votante de 58,71% para 98,71% e no capital total de 59,57% para 99,57%.

Outras atividades em 2014

Em fevereiro de 2014 foram formadas 4 SPE’s, subsidiárias integrais da Guanhões Energia S.A., com participação de 100%: PCH Fortuna II S.A., PCH Jacaré S.A, PCH Dores de Guanhões S.A. e PCH Senhora do Porto S.A.. Essas empresas passaram a ser responsáveis pela implantação e exploração das respectivas PCH’s.

Em março de 2014, ocorreu a constituição da subsidiária integral Cemig Overseas S.L, com sede na Espanha e também a inclusão na Light Energia da subsidiária integral Lajes Energia S.A..

Em maio de 2014, a Light S.A. (“Light”) incluiu em seu portfólio a participação acionária de 50,10% na SPE Energia Olímpica, que tem como objeto a construção e implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV.

Em 04 de agosto de 2014, na reunião do Conselho de Administração da CEMIG, foi autorizada a constituição da subsidiária integral Cemig Participações Minoritárias S.A. (“CemigPar”), cujo objeto social é exclusivamente a participação minoritária no capital social de outras sociedades, cujas atividades forem relacionadas a serviços de energia, óleo e gás, em seus diversos campos, bem como o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicação e de informação, com capital inicial de 1 mil reais, representado por mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em outubro de 2014, ocorreu a constituição da CemigPar na CEMIG.

Em outubro de 2014, foi constituído o Consórcio Projeto SLT com 33,33% de participação, com o objetivo de viabilizar a administração e contabilização das contratações de consultores jurídico, ambiental, técnico e quaisquer outros consultores externos necessários à elaboração dos estudos para aferição de atratividade da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, localizada no Estado do Pará.

Em setembro de 2014, a CEMIG GT realizou a aquisição de participação de 49,9% do capital total da Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”) que tem como objeto a exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Paraopeba, municípios de Pompeu e Curvelo, em Minas Gerais, mediante a construção, implantação, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, que possui potência instalada de 83,7MW e energia assegurada de 38,5 MW médios. Ao final da operação a composição acionária da RBE ficou da seguinte forma: CEMIG GT com 49,9%, Furnas com 49,0% e Orteng com 1,1%.

Em dezembro de 2014, a CEMIG GT foi retirada do Consórcio Cosama, onde tinha participação de 49,00%.

Atividades com a Renova em 2015

Em janeiro de 2015, ocorreu a criação do Consórcio Renova Moinhos de Vento 2 na Renova, com participação de 99,99%, com objetivo exclusivo de participação em leilões.

Acordo entre Renova, Terraform Global e SunEdison

Em maio de 2015 foi celebrado o Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários entre a Renova, a Terraform Global e a SunEdison Inc., por meio do qual cada parte se compromete a contribuir com determinados ativos operacionais na Terraform Global.

A Fase I da operação, anunciada no dia 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do PROINFA, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$451 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da CEMIG que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento.

A Fase II da operação consistia num contrato de permuta de ações de subsidiárias da Renova detentoras de ativos com 2.204,2 MW de capacidade instalada por ações da TerraForm Global por R\$13,4 bilhões de *enterprise value*. Uma das condições precedentes para a realização da Fase II da operação era a conclusão da venda da participação da Light no bloco de controle da Renova para a SunEdison. Com a não consumação da venda da participação, a Fase II da operação foi cancelada.

Outras atividades em 2015

Alienação de participação societária

Em fevereiro de 2015, ocorreu a exclusão da participação de 33,00% da Light Esco Prestação de Serviço S.A. na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A..

Leilão de Geração das Concessões não prorrogadas

Em 25 de novembro de 2015, a CEMIG sagrou-se vencedora do lote D, do Leilão de Geração das Concessões não prorrogadas, composto por 18 usinas hidrelétricas, dentre elas Três Marias, com potência instalada total de 699,57 MW. A assinatura dos respectivos contratos de concessão deu-se mediante o pagamento da Bonificação pela Outorga no valor de R\$2.2

bilhões. O preço global pela prestação do serviço de geração nas usinas será de R\$498,7 milhões. A assinatura dos contratos de concessão para operação das 18 usinas do Lote D do Leilão nº12/2015 aconteceu no dia 5 de janeiro de 2016.

Atividades relacionadas com a Renova em 2016

Em 2 de fevereiro de 2016, foi aprovado aumento de capital na Renova no valor de até R\$731.247.640,38 mediante a emissão de até 81.587.997 novas ações ordinárias e de até 28.208.946 de novas ações preferencias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$6,66 e de R\$19,98 por *unit*. Cemig GT passa a deter 44,18% do capital votante e 34,15% do capital total

Em 1º de abril de 2016, a Renova rescindiu o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc., por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um *break up fee* no valor de US\$10,00 milhões. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na CEMIG e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova.

Em 14 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Renova aprovou o cancelamento do contrato celebrado entre a RenovaCom e a CEMIG GT referente a 25 parques eólicos localizados na região de Jacobina/BA com 676,2 MW de capacidade instalada, e com data de entrada em operação comercial prevista para 01 de janeiro de 2019.

Em 6 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Renova aprovou a antecipação do pagamento de R\$118 milhões referente à entrega de energia futura contratada no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre a Renova Comercializadora de Energia S.A. e a CEMIG GT.

Permuta das Debêntures Participativas da AGC Energia S.A. (“AGC Energia”) por ações da CEMIG

A CEMIG recebeu, em 1º de março de 2016, correspondência da acionista AGC Energia dando ciência da solicitação, por parte do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”), de permuta da totalidade das debêntures objeto da Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures Perpétuas, Participativas, Não Conversíveis, Permutáveis, da Espécie com Garantia Real, em série Única, da AGC Energia datada de 28 de fevereiro de 2011 e aditada em 17 de janeiro de 2012, por 54.342.992 ações ordinárias e 16.718.797 ações preferenciais de emissão da CEMIG, de titularidade da AGC Energia, bem como solicitou à CEMIG que todos os proventos decorrentes das ações da permuta declarados posteriormente à 25 de fevereiro de 2016 e não pagos até 29 de fevereiro de 2016 fossem pagos diretamente ao BNDESPAR.

Em 3 de março de 2016, a BNDESPAR informou que permutou a totalidade das debêntures objeto da Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures Perpétuas, Participativas, Não Conversíveis, Permutáveis, da Espécie com Garantia Real, em série Única, da AGC Energia datada de 28 de fevereiro de 2011 e aditada em 17 de janeiro de 2012, por 54.342.992 ações ordinárias e 16.718.797 ações preferenciais de emissão da CEMIG, de titularidade da AGC Energia.

Após a referida permuta, a participação da BNDESPAR no capital ordinário e preferencial da CEMIG — que, em 02 de março de 2016, totalizava 0% e 1,13% - passou a corresponder a 12,9% e 3,13%, respectivamente. A participação da BNDESPAR no capital total da CEMIG que, em 02 de março de 2016, representava 0,75%, passou a corresponder a 6,4%.

Atividades relacionadas com a TAESA em 2016

Em 13 de abril de 2016, a TAESA venceu a disputa pelo Lote P do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 013/2015, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O Lote P é composto por 90 km de linhas de transmissão e 2 subestações no Estado de Tocantins. A ANEEL outorgará à TAESA o direito de explorar aludido empreendimento por 30 anos. A TAESA não ofereceu desconto em relação à Receita Anual Permitida (“RAP”) definida pela ANEEL no Edital do Leilão, garantindo ao conquistar o Lote P uma receita inicial de R\$ 56,0 milhões de reais.

Em 31 de maio de 2016, CEMIG e o FIP Coliseu, na qualidade de acionistas da TAESA celebraram Termo de Compromisso, por meio do qual foram alteradas algumas disposições do Acordo de Acionistas da TAESA, bem como desvincular do Acordo, a partir do dia 31 de maio de 2016: (a) 77.525.322 ações ordinárias de emissão da TAESA e 155.050.644 ações preferenciais de emissão da TAESA, detidas pela CEMIG; e (b) 75.000.000 ações ordinárias da TAESA detidas pelo FIP Coliseu. A CEMIG e o FIP Coliseu comprometeram-se ainda, em caráter irrevogável e irretratável, a celebrar um aditamento ao Acordo até 30 de junho de 2016, necessário para refletir os efeitos das referidas desvinculações de ações e as disposições do Acordo que tiveram alteração. Como consequência das desvinculações citadas, o montante de ações vinculadas ao Acordo passa a ser: (a) 215.546.907 ações ordinárias detidas pela CEMIG e (b) 153.775.790 ações ordinárias detidas pelo FIP Coliseu, as quais totalizam 57,64% das ações ordinárias da TAESA nesta data.

Em 30 de junho de 2016, CEMIG e o FIP Coliseu, na qualidade de acionistas diretos da TAESA, celebraram o Segundo Aditamento ao Acordo de Acionistas da TAESA.

Em 31 de agosto de 2016, o Conselho de Administração da CEMIG deliberou autorizar monetização, de até 40.702.230 *units* da TAESA, correspondentes a 40.702.230 ações ordinárias e 81.404.460 ações preferenciais da TAESA de propriedade da CEMIG.

Em 24 de outubro de 2016, a TAESA liquidou oferta pública secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, sendo cada um representativo de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“*Units*”), de emissão da TAESA e de titularidade do FIP Coliseu e da CEMIG. A oferta compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços restritos de colocação de 65.702.230 *Units*, sendo 25.000.000 *Units* de titularidade do FIP Coliseu e 40.702.230 *Units* de titularidade da CEMIG a um preço por *Unit* de R\$19,65.

Em 28 de outubro, a TAESA sagrou-se vencedora na disputa pelos 4 lotes da 2ª etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015, promovido pela ANEEL. Esses 4 lotes são compostos por 1.324 km de linhas de transmissão e 2 subestações. A ANEEL outorgará à TAESA o direito de explorar aludidos empreendimento por 30 anos. A Receita Anual Permitida (“RAP”) desses empreendimentos é 454,6 milhões.

Em 27 de dezembro de 2016, a TAESA recebeu notificação enviada pelo FIP Coliseu e pelo Fundo de Investimento em Ações Taurus, informando que foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações com a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. para alienação da totalidade de suas participações societárias vinculadas ao bloco de controle da TAESA, representando, em conjunto, 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total da TAESA, pelo valor total de R\$1.055.932.217,19. A Cemig teve o prazo de 90 dias para se manifestar quanto ao direito de preferência ou o direito de venda conjunta da totalidade das ações.

Atividades relacionadas com a Light em 2016

Aprovação do cancelamento do registro de emissor da Redentor Energia S.A. a partir de 19 de janeiro de 2016. Em 11 de abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o resgate e cancelamento das 229.962 ações ordinárias emitidas pela Redentor Energia S.A. que remanesceram em circulação no mercado após o Leilão da Oferta Pública para Aquisição das ações ordinárias de emissão da Redentor Energia S.A. para o cancelamento de registro de companhia aberta da Redentor Energia S.A. (Oferta Pública para Cancelamento de Registro - OPA), realizado na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (“BM&FBOVESPA”) em 18 de dezembro de 2015, as quais correspondem, nesta data a 0,21% do capital social (“ações remanescentes”), em decorrência de compras de ações realizadas com fundamento no item 4.5 do Edital da OPA. O resgate das Ações Remanescentes deu-se sem a redução do capital social da Redentor Energia S.A., tendo sido canceladas todas as ações resgatadas.

CEMIG e o FIP Redentor celebraram, em 30 de março de 2016, o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da Parati, cujos efeitos estavam sob a condição suspensiva de serem aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG, até 25 de maio de 2016, as alterações pactuadas relacionadas à Opção de Venda outorgada pela CEMIG ao FIP Redentor,

conforme disposto na ata da AGE de 24 de março de 2011.

Em 24 de maio de 2016, foi celebrado o Segundo Aditamento ao Acordo de Acionistas da Parati para rerratificar o prazo para o cumprimento da condição suspensiva prevista no Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da Parati de até 25 de maio de 2016 para até 27 de maio de 2016.

Em 31 de maio de 2016, a CEMIG firmou o Terceiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da Parati, para formalizar alterações relacionadas à opção de venda outorgada pela CEMIG ao FIP Redentor, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG realizada em 24 de março de 2011, rerratificada nas AGE's realizadas em 27 e 30 de maio de 2016; e (ii) Contratos de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia, tendo por objeto ações da TAESA e, como reforço de garantia, ações de emissão da Light, de titularidade da CEMIG, em garantia das obrigações assumidas pela CEMIG na transação.

Em 12 de agosto de 2016, o Conselho de Administração da CEMIG deliberou a favor do cancelamento de ações não integralizadas da Parati e incorporação da Redentor pela RME.

Em 31 de agosto de 2016, as Assembleias Gerais da Redentor Energia S.A. e da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. aprovaram a incorporação reversa da Redentor pela RME, nos termos dos seus estatutos e na legislação aplicável e, por consequência.

Em 31 de outubro de 2016, foram realizadas Assembleias Gerais da Parati, e nas suas subsidiárias integrais RME – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) e Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“Lepsa”), aprovando a cisão total da Parati com incorporação do acervo cindido pela RME e pela Lepsa, objetivando a simplificação da sua estrutura societária e visando ganho de benefícios administrativos, econômicos e financeiros.

Em 21 de novembro de 2016, foram realizadas Assembleias Gerais da RME e da Lepsa, tendo sido deliberada a aprovação (i) da conversão pela RME de 162.241.527 e pela Lepsa de 165.846.151 ações preferenciais de titularidade dos acionistas Banco Santander (Brasil) S.A., BB Banco de Investimento S.A. e BV Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimento em igual número de ações ordinárias; (ii) do aumento de capital social da RME, mediante subscrição particular, no valor de até R\$221.772.018,14, mediante a emissão de até 162.241.527 de novas ações ordinárias e de até 486.724.579 de novas ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$0,3417312799, e o aumento de capital social da Lepsa, mediante subscrição particular, no valor de até R\$225.946.197,37, mediante a emissão de até 165.846.151 de novas ações ordinárias e de até 497.538.451 de novas ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$0,3405960838. Todas as ações emitidas serão em tudo idênticas às ações já existentes; e (iii) da alteração dos Estatutos Sociais da RME e da Lepsa necessárias para refletir as alterações do capital social ora aprovadas. Os acionistas Santander, BV, BB BI e Banco BTG

Pactual S.A. renunciaram ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas, tendo a CEMIG optado por subscrever e integralizar a totalidade das ações, tendo a CEMIG aumentado sua participação acionária na RME de 25% para 60,65% do capital social total, mantendo, contudo, a participação de 50% do capital social votante da RME, bem como aumentado sua participação acionária na Lepsa de 25% para 61,06% do capital social total, mantendo, contudo, sua participação de 50% do capital social votante da Lepsa. Sendo assim, a participação acionária indireta da CEMIG no capital social da Light, por meio da RME e da Lepsa, passou de 6,41% para 15,86%. A CEMIG detém ainda, 26,06% de participação acionária direta no capital social da Light.

Em 30 de novembro de 2016, a CEMIG adquiriu a totalidade das ações de emissão da RME e da Lepsa, detidas pelo Banco BTG Pactual S.A. pelo valor de R\$201.961.743,54, referente a 153.634.195 ações preferenciais. A CEMIG, com essa aquisição, aumentou sua participação acionária na RME de 60,65% para 66,27% do capital social total, mantendo, contudo, a participação de 50% do capital social votante da RME, bem como aumentou sua participação acionária na Lepsa de 61,06% para 66,62% do capital social total, mantendo, contudo, sua participação de 50% do capital social votante da Lepsa.

Cemig Telecomunicações S.A. (“CEMIG Telecom”) celebra Contrato de Investimento para aporte de capital na Ativas

A CEMIG Telecom celebrou, em 25 de agosto de 2016, em parceria com a Ativas Participações S.A., contrato de Investimento com a empresa Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda., integrante do grupo chileno Sonda S.A. (“Sonda”), para um aporte de capital na Ativas Data Center (“Ativas”). A participação da Sonda na Ativas se materializará através de um aumento de capital equivalente a R\$114 milhões, que representará 60% de participação acionária na Ativas, ficando CEMIG Telecom e a Ativas com 19,6% e 20,4% do capital total da empresa, respectivamente. O fechamento da operação para aporte de capital na Ativas aconteceu em 19 de outubro de 2016. A operação teve por finalidade realizar uma capitalização da Ativas, sendo que os recursos foram utilizados para a liquidação de dívidas. O impacto na DF da Cemig Telecom será a redução dos efeitos da equivalência patrimonial negativa oriundos dos sucessivos prejuízos sofridos pela Ativas. Com a liquidação das dívidas, projeta-se uma equivalência patrimonial positiva.

Alienação de participação societária vinculada à Transchile

A CEMIG celebrou, em 12 de setembro de 2016, Contrato de Compraventa de Acciones para a alienação da totalidade de sua participação societária vinculada à Transchile Charrúa Transmisión S.A. correspondente a 49% do capital total, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A., pelo valor de US\$56.550.900,00, a ser ajustado na data do fechamento.

A operação de alienação de participação societária vinculada à Transchile foi concluída em 6 de outubro de 2016. O efeito dessa operação foi o reforço do caixa da Companhia com entrada dos recursos oriundos da alienação desse ativo.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à CEMIG.

10.4

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

2016

A Companhia objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluíram que o valor justo de ativo indenizável da concessão de distribuição, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia e suas Controladas alteraram sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia e suas controladas (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procederam às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 07 de março de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

2015

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis durante o exercício de 2015.

2014

Em 2014 a única alteração nas práticas contábeis com impacto relevante para a Companhia decorreu da adoção da Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732, em decorrência do reconhecimento dos ativos e passivos financeiros.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2016

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir, com os efeitos apresentados no item a:

	2015 Publicado	Reclassificações	2015 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA	21.292.211	605.549	21.897.760
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(9.541.940)	-	(9.541.940)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(998.756)	-	(998.756)
Gás Comprado para Revenda	(1.050.925)	-	(1.050.925)
	<u>(11.591.621)</u>	<u>-</u>	<u>(11.591.621)</u>
OUTROS CUSTOS			
Pessoal e Administradores	(1.143.290)	-	(1.143.290)
Materiais	(42.061)	-	(42.061)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(83.723)	-	(83.723)
Serviços de Terceiros	(739.768)	-	(739.768)
Depreciação e Amortização	(811.263)	-	(811.263)
Provisões Operacionais	(22.518)	-	(22.518)
Custo de Construção de Infraestrutura	(1.251.836)	-	(1.251.836)
Outras	(97.118)	-	(97.118)
	<u>(4.191.577)</u>	<u>-</u>	<u>(4.191.577)</u>
CUSTO TOTAL	(15.783.198)	-	(15.783.198)
LUCRO BRUTO	5.509.013	605.549	6.114.562
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Vendas	(175.595)	-	(175.595)
Despesas Gerais e Administrativas	(673.802)	-	(673.802)
Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais	(1.203.342)	-	(1.203.342)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(482.053)	-	(482.053)
	<u>(2.534.792)</u>	<u>-</u>	<u>(2.534.792)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	392.990	-	392.990
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	729.442	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	729.442
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	4.096.653	605.549	4.702.202
Receitas Financeiras	1.469.277	(605.549)	863.728
Despesas Financeiras	(2.204.344)	-	(2.204.344)
Resultado antes dos Impostos	3.361.586	-	3.361.586
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(881.045)	-	(881.045)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.538)	-	(11.538)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.469.003	-	2.469.003
Total do resultado do exercício atribuído a:			
Participação dos acionistas controladores	2.468.500	-	2.468.500
Participação de acionista não-controlador	503	-	503
	<u>2.469.003</u>	<u>-</u>	<u>2.469.003</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	1,96	-	1,96
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	1,96	-	1,96

2015

Como indicado acima, não houve alterações relevantes nas práticas contábeis durante o exercício de 2015.

2014

Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732

A Companhia analisou os possíveis impactos das alterações nas suas demonstrações financeiras e entende que terá impacto relevante apenas em relação à Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732, em decorrência do reconhecimento dos ativos e passivos financeiros.

Até o exercício de 2013 a Companhia não reconhecia os ativos ou passivos financeiros decorrentes dos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica em decorrência das incertezas quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário (IRT).

A Aneel decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes. O reconhecimento dos efeitos ocorreu no momento da assinatura do aditivo ao contrato de concessão. Com a adoção dessa Orientação, a Companhia registrou uma receita de R\$1.106.675 devido ao reconhecimento de ativos financeiros relacionados à concessão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

Por se tratar de evento novo, em linha com as determinações da Orientação Técnica, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais.

Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito no exercício de 2013:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, por entender que seus investimentos se caracterizam como joint ventures de acordo com a norma revisada, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

Ressalvas:

Os pareceres dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não contém ressalvas.

Ênfases:

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2016, consta parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão e Miranda

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 34 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 15 e 34 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar) consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2015, consta parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão
Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Companhia permaneceria no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os

serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No contexto da UHE Jaguará, no dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação da 1ª Seção do STJ a respeito da referida liminar, sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou medida cautelar com pedido de liminar perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”) com o objetivo de imprimir direito suspensivo em face ao acórdão da 1ª Seção do STJ. Em 1 de fevereiro de 2016, foi publicada a decisão deferindo a liminar requerida, para suspender os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. No contexto da UHE São Simão, no dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguará na 1ª Seção do STJ em 24 de junho de 2015, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Em 15 de setembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão, em regime de quotas até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível pelos assessores legais internos e externos da Companhia. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE Jaguará, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu até 31 de dezembro de 2015, as receitas e custos operacionais relativos a esta UHE, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE São Simão, a Companhia: (i) reconheceu, até 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta UHE, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle deste ativo até esta data; (ii) considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da UHE São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas; (iii) transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 mil do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investigações relacionadas a certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações,

seus desdobramentos e suas consequências futuras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Madeira Energia S.A. informou possuir um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas objeto da Lei 12.846/13, e assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar suas demonstrações financeiras livres de distorção relevante. As demonstrações financeiras da Madeira Energia S.A. e, conseqüentemente, da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2014, constam dois parágrafos de ênfases, ambos relativos à renovação de concessões, conforme abaixo:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 15 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara (“UHE Jaguara”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A controlada direta Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Cemig GT permanecerá no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Cemig GT vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguara, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação das concessões de distribuição

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, a controlada direta Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Cemig D encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Cemig D um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas

demonstrações financeiras, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras da Cemig D e consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, as quais contemplam a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10.5

A Companhia não possui transações para as quais seria possível a aplicação de políticas contábeis distintas daquelas definidas nas normas contábeis vigentes no Brasil, onde seria necessário o julgamento para a aplicação da política que melhor representasse a essência de determinada transação.

A aplicação das políticas contábeis é afetada pelas estimativas e premissas utilizadas pela Companhia, que são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a sua situação patrimonial e o seu resultado.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

Instrumentos Financeiros

Passivos financeiros referentes a opções de venda – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne (SAAG) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. Para mensuração do valor justo das opções de venda de ações da Parati foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado até o primeiro trimestre de 2016. Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati, no segundo trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções de venda de ações da Parati. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas Demonstrações Financeiras.

Capital Social – Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Desde 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Ativos Financeiros não abarcados pela Lei nº 12.783 são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Investimentos

Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Companhia mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados ao ativo intangível em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

Imobilizado

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que reflete a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, que é classificada como Ativo Financeiro da Concessão.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 13.

Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de ajuste contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Benefícios de curto prazo a empregados – A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 13.

A Receita de valor justo de ativo indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas com a atividade fim da Companhia.

Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Informação por Segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, sendo 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's).

10.6

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, dentre outros, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e compra de energia elétrica de Itaipu.

Os valores informados pela companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresentam condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas (em milhares de Reais):

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	4.836.923	3.879.780	1.827.719	1.793.654	1.586.154	1.255.050	15.179.280
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.266.453	1.425.841	1.578.041	1.753.946	1.829.219	98.573.526	106.427.026
Compra de Energia - Leilão	3.009.686	3.084.450	3.478.314	3.667.217	4.294.665	101.895.479	119.429.811
Compra de Energia - Bilaterais	297.538	313.824	327.844	345.632	360.926	1.348.181	2.993.945
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	238.545	250.853	258.525	277.288	284.144	11.377.438	12.686.793
Cotas de Garantias Físicas	580.284	611.830	640.140	670.918	700.292	28.051.569	31.255.033
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	162.400	231.834	238.123	242.603	226.196	8.129.088	9.230.244
Outros contratos de compra de energia	3.735.672	3.410.828	2.776.296	2.887.451	3.200.697	30.267.208	46.278.152
Compra de gás para revenda	1.005.577	1.197.833	1.469.512	1.817.433	2.098.403	-	7.588.758
Concessão Onerosa	2.977	2.560	2.307	2.070	1.854	10.235	22.003
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	86.155	91.325	96.804	102.612	108.769	301.338	787.003
Arrendamentos Operacionais	96.172	91.394	91.394	91.394	91.394	91.394	553.142
Total	15.318.382	14.592.352	12.785.019	13.652.218	14.782.713	281.300.506	352.431.190

A Cemig também concedeu opções de venda, conforme abaixo:

- Opção de venda concedida ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em 23 de setembro de 2017 e com vencimento, se exercida, para 30 de novembro de 2017. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.
- Opção de venda assinada entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG na usina de Santo Antônio, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência

complementar na Estrutura de Investimento, atualizado pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

- Opção de venda assinada entre a Cemig Telecom e Sonda de Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por CEMIGTelecom) e Venda (emitido por Sonda). Assim, a Cemig Telecom encontra-se simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

Maiores detalhes sobre essas opções na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.7

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e gás.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra e transporte de energia e gás, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia e gás, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso das opções os impactos seriam a aquisição de ativos relacionados as opções de vendas oferecidas aos acionistas.

b. natureza e o propósito da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado e cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras decorrem principalmente dos contratos futuros de compra e transporte de energia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os compromissos estão apresentados no item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.8

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- i. *Além dos investimentos realizados pelas subsidiárias integrais da CEMIG HOLDING, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.*

Nos próximos 3 anos, a CEMIG HOLDING, deverá investir cerca de R\$ 18,1 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

<i>Atividade</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>	<i>Total</i>
<i>Programa Básico (1)</i>	<i>2,7</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2</i>	<i>3,1</i>
<i>Cemig Holding</i>	<i>2,7</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2</i>	<i>3,1</i>
<i>Aportes (2)</i>	<i>7,0</i>	<i>8,0</i>	<i>0,0</i>	<i>15,0</i>
<i>Total Geral (1)+ (2)</i>	<i>9,7</i>	<i>8,2</i>	<i>0,2</i>	<i>18,1</i>

- (1) *Valores estimados, arredondados, em moeda constante de junho/2016, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa da CEMIG Holding.*
- (2) *A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.*
- (3) *A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.*
- (4) *Os montantes planejados para os anos de 2017, 2018 e 2019 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela*

autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

iii. Desinvestimentos relevantes

Alienação de ações da TAESA de propriedade da CEMIG

Em 29 de setembro de 2016, a Taesa divulgou o início da oferta pública secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, sendo cada um representativo de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units”), de emissão da Taesa e de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”) e Cemig.

A Oferta compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços restritos de colocação de 65.702.230 Units de titularidade dos Acionistas Vendedores, ao preço de R\$19,65 por Unit, resultando em um montante total de R\$1.291 milhões. A efetiva liquidação da Oferta ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Por se tratar de uma oferta pública com esforços restritos exclusivamente de distribuição secundária, não houve ingresso de recursos para a Taesa, sendo que os Acionistas Vendedores receberam a totalidade dos recursos líquidos resultantes da venda das Units no montante de R\$1.276 milhões, dos quais R\$791 milhões foram recebidos pela Cemig, representando um ganho bruto de R\$181 milhões.

Com a liquidação da Oferta, a Cemig passou ser titular de 252.369.999 ações ordinárias de emissão da Taesa, representativas de 42,72% do capital social votante, e 73.646.184 ações preferenciais da Taesa, que somadas às ações ordinárias, representam 31,54% do capital social total da Taesa.

Alienação de participação societária vinculada à Transchile

A Cemig celebrou, em 12 de setembro de 2016, Contrato para a alienação da totalidade de sua participação societária vinculada à Transchile Charrúa Transmisión S.A. correspondente a 49% do capital total, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A., pelo valor de US\$56,6 milhões. Em 06 de outubro de 2016, a totalidade das ações detidas pela Cemig na Transchile Charrúa Transmisión S.A., correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, foram transferidas e a venda concretizada para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A. no montante de R\$180 milhões, representando um ganho bruto de R\$132 milhões.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

No ano de 2015, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes aquisições relevantes, as quais devem influenciar materialmente sua capacidade produtiva:

Investimentos em Geração:

Usina de Santo Antônio:

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio) encerrou o ano de 2016 com todas as suas 50 turbinas em operação e alcançou, assim, sua capacidade plena de produção de energia. Somente em 2016, a hidrelétrica colocou quinze novas unidades geradoras em operação. A construção da UHE Santo Antônio representou um investimento total de cerca de R\$ 24 bilhões.

A usina possui capacidade para gerar 3.568 MW de energia, de fonte limpa e renovável, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros. Das suas 50 turbinas, 44 abastecerão o Sistema Interligado Nacional (SIN), enquanto as outras 6 serão dedicadas exclusivamente aos estados de Rondônia e do Acre, contribuindo para a segurança e estabilidade do sistema elétrico daquela região.

A Companhia efetuou investimentos de R\$40 milhões em 2016.

Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) administrada pela empresa Norte Energia S.A., em que a Cemig GT tem uma participação indireta de 5,13%, está localizada no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará.

A UHE Belo Monte conta com duas casas de força: Belo Monte e Pimental. A primeira é a principal, com dezoito turbinas, com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW, e a segunda, auxiliar, com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte será responsável por 7,5% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Three Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW). O empreendimento está demandando um investimento de R\$35,3 bilhões (em moeda corrente) que incluem R\$3,4 bilhões em ações sociais compensatórias.

No primeiro semestre de 2016, entraram em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal e da primeira unidade da casa de força complementar teve início no mês de abril. Em 31 de dezembro de 2016, havia quatro unidades em operação no sítio Belo Monte e quatro unidades em operação no sítio Pimental, agregando 2.600 MW médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional. A previsão é de que todas as turbinas da usina estejam em operação até janeiro de 2019.

A Companhia efetuou investimentos de R\$471 milhões em 2016 através das investidas Amazônia Energia e Aliança Norte.

Usinas de geração – lote D do leilão Aneel

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A.

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas” em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R\$2.216 milhões, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$776 milhões, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$828 milhões, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado pela Cemig GT em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Gás Natural

O ano de 2016 foi de grandes mudanças e, principalmente, desafios para a Gasmig, que aumentou sua base de clientes em 267,5%, saltando de 4.215, em 2015, para 15.490 unidades consumidoras em 2016.

A Gasmig investiu o montante de R\$50 milhões na expansão das Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais, com a construção de 58,9 km de gasodutos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no Sul de Minas, e em Juiz de Fora, visando ao atendimento de consumidores dos segmentos comercial e industrial.

Em dezembro, a Gasmig apresentou os resultados do “Projeto Frota Verde”, que tem como meta reduzir em até 60% os gastos com combustível e em mais de 20% as

emissões de CO2, implantado na cidade de Andradas, no II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Rui Barbosa – instituto que agrega todos os tribunais de contas do País – com o objetivo de discutir a melhoria da administração e políticas públicas.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10.9

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2016, 2015 e 2014 foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

Anexo 2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão e Miranda

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 34 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 15 e 34 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar) consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Compromissos financeiros de curto prazo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$3.162 mil. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, pois o processo para a conclusão de que não existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia envolveu julgamento por parte Administração em decorrência da necessidade de avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo, em especial as alternativas disponíveis para acesso ao mercado financeiro nacional e internacional para emissão de títulos de dívida de longo prazo, plano de desinvestimento e geração futura de caixa.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da capacidade de geração de fluxo de caixa operacional decorrente das concessões existentes, (iii) avaliação do histórico de captações, captações planejadas, estágio atual dos processos de captação iniciados e avaliações das agências de rating, e (iv) avaliação das vendas de ativos realizadas, bem como a valorização de ativos passíveis de alienação e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 25 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade da Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita, (ii) obtenção da totalidade de lançamentos contábeis com o objetivo de selecionar lançamentos contábeis nas contas de receita com características de interesse específicas (lançamentos contábeis manuais) com o intuito de identificar eventuais lançamentos potencialmente indevidos, (iii) exame documental para lançamentos contábeis selecionados com o objetivo de avaliar sua substância econômica, relação com as atividades de Companhia e o adequado tratamento contábil, e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Opção de venda do Fundo de Participações Redentor

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia concedeu ao Fundo de Participações Redentor, acionista da Parati S.A., que por sua vez possui ações ordinárias e preferências emitidas pela Light S.A., uma opção de venda da totalidade das ações da Parati S.A. de propriedade do Fundo. A Parati S.A. foi posteriormente incorporada pela Luce Empreendimentos E Participações S.A. e RME - Rio Minas Energia Participações S.A. Esta opção de venda foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria por envolver julgamento por parte da Administração da Companhia, principalmente relacionado a metodologia de precificação.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da adequação da metodologia de precificação adotada pela Administração para a mensuração do instrumento derivativo a valor justo e impactos provocados pelo fracionamento da opção de venda original, passando a opção de venda a ser equivalente a cada ação da Parati S.A. e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados à circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089.422/O-0

Anexo 3

Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a realizarem-se, cumulativamente, em 12-05-2017, às 11 horas.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

- aa.) Charles Carvalho Guedes
- Edson Moura Soares
- Manuel Jeremias Leite Caldas
- Newton Brandão Ferraz Ramos
- Rafael Amorim de Amorim

Anexo 4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 12-05-2017, às 11 horas, referente à destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$334.334 mil, e saldo de Lucros Acumulados de R\$37.258 mil, conforme a seguir: a) R\$203.986 mil sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2017 e a segunda até 30-12-2017, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva, fazendo jus os acionistas de ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO; b) R\$160.538 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2017, conforme orçamento de capital; e, c) R\$7.068 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2016 em função dos investimentos realizados na Região da Sudene. Após analisarem atentamente as aludidas propostas e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquelas Assembleias.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Charles Carvalho Guedes
Edson Moura Soares
Manuel Jeremias Leite Caldas
Newton Brandão Ferraz Ramos
Rafael Amorim de Amorim

ANEXO 5

ANEXO À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2016 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR SE EM 2017.

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício está demonstrado a seguir:

	Controladora 2016	Controladora 2015
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	4.190.385	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	419.039	419.039
Valor do Patrimônio Líquido	12.930.281	12.983.698
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (liquido de ações em tesouraria)	66,58%	66,58%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	8.608.981	8.644.546
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	258.269	259.336
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	419.039	419.039
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	334.334	2.468.500
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	167.167	1.234.250
Cálculo dos dividendos a serem distribuídos		
		Controladora 2016
Juros sobre o Capital Próprio pagos para as ações preferenciais		253.004
Dividendos adicionais para garantir o pagamento mínimo para as ações preferenciais		
- dividendos para atender ao montante mínimo previsto no Estatuto		166.035
- IRRF sobre o JCP destinado às ações preferenciais (253.004 x 15%)		37.951
		203.986
Total dos Juros sobre o Capital Próprio pago para as ações preferenciais		253.004
Total dos Dividendos adicionais para garantir o pagamento mínimo para as ações preferenciais		203.986
		456.990

Dividendos por valor unitário – R\$

Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais

0,50

Dividendos Propostos – ações preferenciais (líquido do IRPF)

0,50

Proposta de Destinação do Lucro Líquido (nos termos do Anexo 9-1-II, da Instrução CVM - 481/2009)

1. Informar o lucro líquido do exercício.
R\$334.334 mil.
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.
- Dividendos no valor de R\$203.986 mil, equivalentes a R\$0,243559559 por ação preferencial (CMIG4).
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.
61,00%.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.
- JCP no valor de R\$380.000 mil, equivalente a R\$0,301999330 por ação preferencial/ordinária, declarados em 21/12/2016;
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.
Dividendos - R\$203.986 mil, sendo sua totalidade para ações PN (CMIG4)
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.
O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017 que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.
Os valores serão como segue:
Ações PN – R\$ 0,243559559 por ação
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.
Não é prevista incidência de atualização.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
12/05/2017.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.
Não aplicável.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos.
Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício	2016	2015	2014	2013
Lucro Líquido (R\$)	0,24	0,51	0,63	1,44

OBS: Nos anos de 2013, 2014 e 2015 os valores por ação são os mesmos tanto para as ações preferenciais quanto para as ordinárias.
Em 2016, o valor distribuído foi somente para as ações preferencias.

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios	2015	2014	2013
Dividendos (R\$)	0,34	0,45	0,89
JCP (R\$)	0,16	0,18	0,55
Total (R\$)	0,50	0,63	1,44

OBS: O valor por ação é o mesmo tanto para as ações preferenciais quanto para as ordinárias

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal.
A Companhia deixou de constituir em 2016 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.
A Companhia deixou de constituir em 2016 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.
Dividendos mínimos:

10% sobre o valor nominal das ações preferenciais ou 3% sobre a participação das ações preferenciais no Patrimônio Líquido, dos dois o maior. Obs.: No caso de deliberação de distribuição de dividendos superiores ao mínimo, prevalece o maior.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não Aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não Aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não Aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório.

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

50% do Lucro Líquido.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente. O montante a ser pago corresponde a 61% do dividendo obrigatório.

- c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

- a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.
Não aplicável.
 - c. Explicar porque a perda foi considerada provável.
Não aplicável.
 - d. Justificar a constituição da reserva.
Não aplicável.
13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.
- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.
Não aplicável.
 - b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.
Não aplicável.
14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.
- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.
Não aplicável.
 - b. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.
 - c. Descrever como o montante foi calculado
Não aplicável.
15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.
- a. Identificar o montante da retenção.
Não aplicável.
 - b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Não aplicável.
16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais
- a. Informar o montante destinado à reserva.
R\$7.068 mil.
 - b. Explicar a natureza da destinação.
Referente aos incentivos fiscais obtidos em 2016 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.



Anexo 6

ORÇAMENTO DE CAPITAL

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 2017

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 28 de abril de 2017, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2017, em milhares de Reais.

Investimentos planejados para 2017

Plano de desenvolvimento da Distribuidora - PDD	1.153.483
Sistema elétrico de geração	42.192
Sistema elétrico de transmissão	38.369
Aportes em controladas e coligadas	388.336
Infraestrutura e Outros	176.347
	<hr/>
	1.798.727

Anexo 7

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Ronaldo Dias

Data nascimento: 09/12/1946

Profissão: Contador

CPF: 221.285.307-68

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Não, pelos Preferencialistas.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015;

Ully Assessoria Técnica LTDA – de 1998 a 2013 – Sócio Gerente;

Banco Clássico S.A.

Ouvidor – 2007 a 2013; Auditor Interno – 2013 a 2015; Gerente Administrativo do Fundo Dinâmica Energia – 2014 a 2015; Diretor - atualmente;

Membro do Conselho Fiscal da CEG, mandato com término em abril/2016;

Membro do Conselho Fiscal da ENEVA, mandato com término em abril/2016;

Membro do Conselho Fiscal da CEMIG, mandato com término em abril/2016;

Funções Exercidas no Banco Central do Brasil

Auditor – Inspetor de Fiscalização no Sistema Financeiro Nacional

Coordenador de Fiscalização no Sistema Financeiro Nacional

Supervisor Substituto de Fiscalização no Sistema Financeiro Nacional.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

79%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.
x não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Arthur Maia Amaral

Data nascimento: 30-08-1978

Profissão: Farmacêutico e Bioquímico

CPF: 031.940.316-15

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

*Prefeito Municipal de Luminárias-MG, em 2009 a 2012 e 2013 a 2016;
 Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG, 2016;
 Conselheiro Regional efetivo do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, 2015 a 2018;
 Diretor Secretário-Geral do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, 2014 a 2015;
 Conselheiro à categoria farmacêutica do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, 2011 a 2014.*

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

x não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino

Data nascimento: 09-08-1982

Profissão: Relações Públicas

CPF: 053.194.916-89

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;

- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Assessora da Presidência da COPANOR/MG, desde setembro/2016

Atividades desenvolvidas: melhorias dos processos de gestão – SAP, comunicação interna, planejamento e estruturação de projetos de tecnologia, análise de impactos, suporte e organização de treinamentos para melhorias do sistema SAP;

Via Consultoria Indra Company/COPASA/MG – setembro/2009 a setembro/2016

- ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Assessora da Presidência da COPANOR/MG

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. **qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a. **outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Edson Moura Soares

Data nascimento: 02/06/1977

Profissão: Filósofo e Teólogo

CPF: 992.255.496-87

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

• nome da empresa;

• cargo e funções inerentes ao cargo;

• atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - janeiro 2011 a janeiro 2015;

Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, SeGov – desde janeiro 2015;

Membro Efetivo do Conselho Curador da FHEMIG - desde 03/2015;

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da COHAB - desde 04/2015;

Membro Efetivo do Conselho Administrativo da PROMINAS - 04/2015;

Membro Suplente do Conselho Fiscal da CODEMIG - desde 04/2015;

Membro Suplente do CONPED - desde 04/2015;

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho Curador da FHEMIG;

Membro do Conselho Fiscal da COHAB;

Membro Efetivo do Conselho Administrativo da PROMINAS;

Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

x não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

64%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- ALMG (entre 2011 e 2015): assessor parlamentar no Gab.Dep.Est. Ulysses Gomes;
SeGov/MG (desde 01/2015): Chefe de Gabinete da SeGov/MG.

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve

Data nascimento: 26-02-1976

Profissão: Advogada

CPF: 037.964.286-73

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Subsecretária de Estado da Casa Civil do Estado de Minas Gerais - desde janeiro/2017;
 Auditora-Geral do Município de Belo Horizonte - maio/2014 a dezembro/2016, coordenação de auditores;
 Procuradora-Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte, em substituição - dezembro/2012 a outubro/2013;
 Gerente de Atividades de Controle Externo da procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte - julho/2012 a maio/2014; e,
 Assessora Jurídica da Procuradoria-Geral do Município de Minas Gerais - fevereiro/2009 a julho/2012.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a. **outro(s) administrador(es) da Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- b. **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:
- c. **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a. **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):
- b. **com o Estado de Minas Gerais;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- c. **e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Manuel Jeremias Leite Caldas
Data nascimento: 08/01/1956
Profissão: Engenheiro
CPF: 535.866.207-30
Cargo eletivo: Membro efetivo
Data de eleição: 12/05/2017
Data da posse: 12/05/2017
Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Não, pelos Preferencialistas.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

- i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- *nome da empresa;*
- *cargo e funções inerentes ao cargo;*
- *atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.*

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2016;

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2016;

Membro da Comissão de Investigação, GIGI - Eletrobrás
Engenheiro Eletricista e Mestre em Economia, Consultor Financeiro da Alto Capital Gestora de Recursos. Gerente Depto.Técnico - Banco PEBB. Foi gestor e Economista Chefe do Banco PEBB S.A., Ger. Departamento Econômico e Pesquisa - Banco Nacional, Analista Sênior do Banco Bozano Simonsen S.A.

ii. *indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.*

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015.

Membro do Conselho Fiscal da Eneva - 09/2015 - 2016 - 2017

Membro do Conselho de Administração da Eletropaulo 2012-2014

Membro Suplente do Conselho de Administração da Eletropaulo 2014-2016

Membro do Conselho de Administração Forjas Taurus 2013-2015

Membro do Conselho Fiscal da OI/Telemar 2013-2014-2015-2016-2017

Membro do Conselho Fiscal da Coelba 2014-2015-2016

Membro do Conselho Fiscal da Tegma Logística 2013-2014

Membro do Conselho de Administração da Conttax participações 2009-2012

Membro Suplente do Conselho de Administração da Contax participações 2012-2015

Membro Suplente do C.A da São Carlos Empreendimentos 2011-2013

Membro do Conselho Fiscal da Eletrobrás 2012-2013-2014-2015-2016

Membro do Conselho Fiscal da Cosern 2009-2011

Membro do Conselho Fiscal da Eletropaulo 2010-2012

Membro do Conselho Fiscal da CESP Titular 2013-2014-2015-2016/ Suplente 2012/2013.

c. *descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:*

i. *qualquer condenação criminal.*

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. *qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.*

x não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

57%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) da Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e /ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Marco Antônio Badaró Bianchini

Data nascimento: 08/08/1965

Profissão: Militar

CPF: 656.599.886-87

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

x sim - Se sim, descrever a relação: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Marcos Túlio de Melo

Data nascimento: 03/10/1951

Profissão: Engenheiro

CPF: 130.866.186-04

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

A partir de 01/04/2015 – Subsecretário de Projetos da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, que tem como atividade principal formular e implementar soluções integradas de transportes e obras para garantir a mobilidade e a acessibilidade de bens e pessoas e o provimento de infraestrutura para a realização das políticas públicas do Estado de Minas Gerais;

De 10/01/2012 a 20/01/2015 – Engenheiro Civil IX da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/UFMG, que tem como atividade principal a gestão de projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Minas Gerais e de outras instituições e

centros de inovação. No período foram desenvolvidas funções de planejamento e apoio à gestão da Reitoria da UFMG;

De 01/06/2009 a 09/01/2012 – Assessor IV da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte, que tem como atividade principal a gestão da informática pública de Belo Horizonte promovendo, integrando e gerenciando soluções de TI. No período foram desenvolvidas funções de assessoramento à Diretoria Técnica da PRODABEL e à Prefeitura de Belo Horizonte.

Atividades: - Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de 2006 A 2011.

- Vice Presidente do Conselho Mundial de Engenheiros civis de 2010 a 2011

- Membro efetivo do Conselho Nacional das Cidades do Ministério das Cidades de 2012 a 2013.

- Membro efetivo do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério de Integração Nacional de 2011 a 2013.

- Membro da Comissão da UFMG para a implantação do Memorial da Anistia de 2013 a 2014.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde maio/2016

e. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

x não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no

mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

57%

- 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo

- 12.8. Fornecer:**

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

- 12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

- a. outro(s) administrador(es) da Cemig.**

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

- b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.**

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

- c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais.**

x não

sim - Se sim, descrever:

- 12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:**

- a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.**

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

- b. com a Cemig.**

não

x sim - Se sim, descrever a relação: Sim – A partir de 01/04/2015, exercendo o cargo da Subsecretaria de Projetos da SETOP – MG.

- c. **e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**
 x não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Newton Brandão Ferraz Ramos

Data nascimento: 30-05-1969

Profissão: Contador

CPF: 813.975.696-20

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 02

a. Mini-currículo, contendo:

- i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Formou-se em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós graduado em Administração pela FUMEC MG e com MBA em Finanças na Fundação Dom Cabral. Atualmente, o Sr. Ferraz Ramos atua também como membro titular dos Conselhos Fiscais da CCR S.A., da SANEPAR, da Dominó Holdings S.A. e como suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. Atua também como membro suplente dos Conselhos de Administração da Andrade Gutierrez S.A. Atualmente, além do cargo que ocupa na Companhia, o Sr. Ferraz Ramos também exerce o cargo de Superintendente de Controladoria da Andrade Gutierrez Concessões, desde dezembro de 1999;

Membro suplente do Conselho de Administração da CEMIG S.A., CEMIG Geração e Transmissão e CEMIG Distribuição, de 2010 a abril/2016;

Membro efetivo do Conselho Fiscal da CEMIG S.A., CEMIG Geração e Transmissão e CEMIG Distribuição, de 2016.

- ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Vide acima

f. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

- i. **qualquer condenação criminal;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

64%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a. **outro(s) administrador(es) da Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- b. **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:
- c. **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a. **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):
- b. **com o Estado de Minas Gerais;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:

c. *e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.*

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos Conselhos de Administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.5. **Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

Nome: Rodrigo de Mesquita Pereira

Data nascimento: 20/10/1964

Profissão: Advogado

CPF: 091.622.518-64

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Não

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 01

a. **Mini-currículo, contendo:**

i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde maio/2016

b. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

i. **qualquer condenação criminal.**

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

64%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Arthur Maia Amaral (majoritário)	Marco Antônio Badaró Bianchini (majoritário)
Edson Moura Soares (majoritário)	Marcos Túlio de Melo (majoritário)
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino (majoritário)	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve (majoritário)
Manuel Jeremias Leite Caldas (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Newton Brandão Ferraz Ramos (minoritários)	Rodrigo de Mesquita Pereira (minoritários)

13.1

a. objetivos da política ou prática de remuneração

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas.

Conforme determina o Estatuto Social, o montante global ou individual da remuneração das Diretorias, do Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal, é definido pela Assembleia Geral.

Para fins de remuneração em folha de pagamento, do Conselho de Administração, não há diferenciação de pagamento por participação em comitês. Para maiores informações sobre comitês, gentileza entrar em contato com a SG.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

1. Diretoria Executiva

Na presente data não há alterações na remuneração entre 2016-2017.

As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizadas cumulativamente, em 29-04-2016, aprovaram os seguintes critérios para pagamento de honorários da Diretoria Executiva, mantendo os demais itens: seguro saúde para os Diretores, a ser contratado no mesmo padrão do Plano de Saúde vigente para os empregados da Companhia. Os honorários mensais ao Diretor Presidente passaram a ter o valor de R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais) e aos demais Diretores, individualmente, o valor de R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais), corrigindo-se, em consequência, na mesma proporção, os valores percebidos pelos Diretores a título de licenças remuneradas, gratificações e demais benefícios. Na presente data, a folha de pagamento da SC não foi informada da ocorrência de novas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Os diretores da Companhia recebem uma remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos, e uma remuneração variável, representada por uma participação nos resultados da Companhia.

Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, o montante global ou individual da remuneração da Diretoria Executiva, inclusive benefícios de qualquer natureza, é definido pela Assembleia Geral de acordo com legislação vigente. Os Diretores também possuem direito a uma licença anual, por prazo não superior a 30 (trinta) dias e de forma não cumulativa, durante a qual possuem direito a uma remuneração equivalente à sua remuneração mensal acrescida de um terço.

A Companhia concede a seus Diretores os seguintes benefícios diretos: (i) mensalmente, no dia 25 de cada mês ou no primeiro dia útil anterior, valor equivalente aos vales refeição estabelecidos para os empregados em Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês subsequente, na forma eletrônica, com base na coparticipação conforme as faixas salariais; (ii) inscrição em apólice do seguro de vida em grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia; (iii) cobertura de plano de saúde e plano odontológico, de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia (no caso de dependentes especiais, o valor é custeado totalmente pelo Diretor). Além disso, a Companhia concede aos Diretores a participação em plano de previdência privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Diretor e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

Outros componentes da remuneração dos Diretores são uma gratificação anual no valor do salário mensal, pagamentos referentes às licenças remuneradas, contribuição da empresa ao Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) e recolhimento de Fundo Garantidor do Tempo de Serviços (“FGTS”) sobre o salário e participação de resultados recebidos.

A remuneração variável para a Diretoria consiste em participação nos resultados, seguindo os mesmos critérios estabelecidos em Acordo Coletivo Específico da Companhia e considerando os resultados da Companhia, havendo a apuração de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

O salário ou pró-labore da Diretoria visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições extraordinárias à empresa, sendo estabelecido a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades e do valor de seus serviços no mercado.

A concessão de benefícios diretos tem por finalidade tornar mais atraente o pacote de remuneração, complementando os honorários e os benefícios legais dos Diretores, funcionando como uma ferramenta de estratégia motivacional em relação aos Administradores, uma vez que sobre o valor pago não incidirão os encargos sociais que tanto oneram a contratação.

A participação nos resultados objetiva motivar os membros da Diretoria Executiva a uma participação efetiva na condução dos negócios, por meio de uma retribuição atrelada ao desempenho da organização.

A Companhia concede a seus Diretores, por liberalidade, o recolhimento mensal de contribuição ao FGTS.

2. Conselho de Administração

Na presente data não há alterações na remuneração entre 2016-2017.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remuneração dividida em uma parte fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos, e uma parte variável, composta por valor equivalente a participações em reuniões.

De acordo com as deliberações dos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi estabelecido que a remuneração de cada um dos membros efetivos do Conselho de Administração excluídos os Conselheiros que exerçam o cargo de Diretores e observada a condição relativa ao pagamento de *jeton* abaixo mencionada – o equivalente a 30% (trinta por cento) da remuneração do Diretor Presidente para o Presidente do Conselho de Administração, ou seja, 18.150,00 (dezoito mil, cento e cinquenta reais), e a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal que, em média, percebe um Diretor da Companhia, ou seja, R\$ 14.331,82 (quatorze mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), para os demais membros efetivos do Conselho de Administração, bem como que a remuneração mensal de cada um dos membros suplentes do Conselho de Administração (no que se incluem os Conselheiros que participam de Comitês, inclusive o de Apoio) – excluídos os Conselheiro que exerçam o cargo de Diretores e observada a condição relativa ao pagamento de *jeton* abaixo mencionada – seja equivalente a 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal do Conselheiro de Administração efetivo, ou seja, R11.465,46 (onze mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos). Na presente data, a folha de pagamento da SC não foi informada da ocorrência de novas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração recebem 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal estipulada, sendo o restante dividido em jetons a serem pagos aos Conselheiros efetivos e aos Conselheiros suplentes presentes à(s) reunião(ões). No caso de haver mais de uma reunião no mês, o *jeton* será dividido proporcionalmente ao número de reuniões realizadas; no caso de não haver reunião no mês, o Conselheiro efetivo e o Conselheiro suplente receberão o montante total da remuneração mensal. Na presente data, a folha de pagamento da SC não foi informada da ocorrência de novas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária alterando o percentual.

Os Conselheiros de Administração suplentes que participarem da reunião do Conselho de Administração em substituição ao seu respectivo membro efetivo – excluídos os Conselheiros que exerçam o cargo de Diretores – recebem apenas a remuneração descrita acima para os membros suplentes do Conselho de Administração, mesmo substituindo Conselheiros efetivos em reuniões.

Os outros componentes da remuneração dos Conselheiros de Administração são a contribuição da empresa ao INSS sobre o salário e participação em reuniões. Como benefícios diretos, a Companhia oferece aos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, o reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, ou quando convidados pelo Diretor Presidente para reunião da Companhia, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, o valor de oitocentos reais, por deslocamento. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho de Administração a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia, bem como a participação em Plano de Previdência Privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Conselheiro e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

A remuneração fixa e outros componentes da remuneração (INSS contribuição empresa) visam a recompensar os membros do Conselho de Administração pelo tempo dedicado ao desempenho de suas funções e por suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando, também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros, por parte do presidente do Conselho de Administração.

A remuneração por participação em reuniões objetiva motivar o comparecimento dos membros às reuniões convocadas, contribuindo para uma participação efetiva na condução dos negócios e o efetivo desempenho de suas funções.

3. Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem apenas uma remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos.

Nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizadas, cumulativamente, em 29 de abril de 2017, foi estabelecido que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada a 20% (vinte por cento) da que, em média, é atribuída a cada Diretor da Companhia, ou seja, R\$ 9.554,54 (nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), bem como que a remuneração mensal de cada membro suplente do Conselho Fiscal seja equivalente a 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal do membro efetivo, ou seja, R\$ 7.643,63 (sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos), excluídos, em ambos os casos, os benefícios na forma da lei. Na presente data, a folha de pagamento da SC não foi informada da ocorrência de novas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

A Companhia também oferece, como benefícios diretos aos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, reembolso das despesas com estada e locomoção entre o município onde está localizada a residência do Conselheiro Fiscal e aquele da sede social da Companhia, necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, ou quando convidados pelo Diretor Presidente para reunião da Companhia, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, o valor de oitocentos reais, por deslocamento. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho Fiscal a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

Os outros componentes da remuneração dos Conselheiros Fiscais contemplam a contribuição da empresa ao INSS sobre o salário recebido. O salário ou pró-labore dos membros do Conselho Fiscal visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros.

Os benefícios diretos objetivam custear despesas com locomoção e alimentação dos membros do Conselho Fiscal residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, além de proporcionar a opção pela a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo.

d) Comitês do Conselho de Administração

Os Comitês do Conselho de Administração são formados apenas por membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração, não existindo qualquer remuneração ou benefício, direto ou indireto, de adicional pago pela participação nas reuniões desses Comitês.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

a) 2016

Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	64,10%
Benefícios Diretos	1,53%
Outros	16,06%
Remuneração por Participação em Reuniões	16,03%
Participação nos Resultados	0,00
Pós Emprego	2,29%

* “Outros” referem-se a INSS.

Diretoria

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	50,14%
Benefícios Diretos	17,28%
Outros	20,57%
Participação nos Resultados	3,94%
Pós Emprego	8,07%

* “Outros” referem-se a INSS e FGTS.

Conselho Fiscal

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	81,47%
Benefícios Diretos	2,24%
Outros	16,30%

* “Outros” referem-se a INSS.

b) 2015

Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	39,12%
Benefícios Diretos	4,97%
Outros	15,68%
Remuneração por Participação em Reuniões	39,12%
Participação nos Resultados	0,00
Pós Emprego	1,11%

* “Outros” referem-se a INSS.

Diretoria

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	37,90%

Benefícios Diretos	13,24%
Outros	28,33%
Participação nos Resultados	14,05%
Pós Emprego	6,49%

* “Outros” referem-se a INSS e FGTS.

Conselho Fiscal

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	76,80%
Benefícios Diretos	7,80%
Outros	15,40%

* “Outros” referem-se a INSS.

c) 2014

Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	38,52%
Benefícios Diretos	6,73%
Outros	15,51%
Remuneração por Participação em Reuniões	38,52%
Participação nos Resultados	0,00
Pós Emprego	0,71%

* “Outros” referem-se a INSS.

Diretoria

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	36,93%
Benefícios Diretos	12,41%
Outros	19,09%
Participação nos Resultados	22,31%
Pós Emprego	9,26%

* “Outros” referem-se a INSS e FGTS.

Conselho Fiscal

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	73,05%
Benefícios Diretos	12,33%

Outros	14,61%
--------	--------

* “Outros” referem-se a INSS.

Comitê de Apoio ao Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	39,05%
Remuneração por Participação em Reuniões	39,05%
Benefícios Diretos	6,20%
Outros	15,70%

* “Outros” referem-se a INSS.

A partir de 2015, membros do Comitê de Apoio não percebem seus honorários diferenciadamente (recebem normalmente como membros do Conselho de Administração).

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus Administradores são estabelecidos em Assembleia Geral.

Não há metodologia de reajuste estabelecida para a remuneração paga pela Companhia aos seus Administradores.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração e suas correções justificam-se única e exclusivamente em razão de proposta do acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária anuais.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros das Diretorias, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados pela Companhia. Os membros dos Comitês do Conselho de Administração não recebem remuneração adicional porque já são remunerados como membros do Conselho de Administração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O Conselho de Administração definiu uma cesta com os seguintes indicadores corporativos, associados a metas especificadas, que traduzem suas expectativas para o negócio:

- Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor - DEC
- Lucro Líquido Consolidado da Companhia
- LAJIDA Consolidado da Companhia
- Cumprimento do PMSO orçado
- Prudência nos Investimentos de Distribuição
- % de cobertura tarifária da Cemig D (IRCO)

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável (PLR) dos Administradores está atrelada aos indicadores de resultado da Companhia. O peso do resultado desses indicadores para os membros da Diretoria Executiva é de 70%. Ainda, foi definida uma cesta de indicadores específicos que traduz a contribuição específica de cada Diretoria para o negócio, com peso 30%. Desde 2012, a PLR paga aos Diretores está condicionada ao alcance de metas corporativas individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração consoante à estratégia da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo. Além disso, a Companhia tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da Companhia, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido+ Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.

Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, atrelados ao Lucro Líquido Consolidado e cumprimento do PMSO orçado. Neste caso, os resultados da Companhia durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador membro da Diretoria.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado do elemento consistência no atendimento de metas corporativas relativas aos principais indicadores, destacado o indicador Prudência nos Investimentos de Distribuição.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2016, 2015 e 2014, são demonstrados na tabela abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Companhia	5.338	4.738	3.250
CEMIG GT	4.105		
		3.619	3.229
CEMIG D	7.930		
		7.190	6.477
Outras	9.336	6.921	1.605
Total	26.709	22.468	14.562

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2

Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 – Valores Anuais

2017	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros ¹	30,00	11,00	10,00	51,00
Número de Membros Remunerados ²	28,00	11,00	10,00	49,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.641.394,43	6.864.000,00	1.031.890,20	11.537.284,63
Benefícios direto e indireto	79.296,00	1.833.179,59	28.320,00	1.940.795,59
Participação em comitês	--	--	--	--
Outros	582.623,11	1.921.920,00	206.378,04	2.710.921,15
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	--
Remuneração Variável				
Bônus	--	--	--	--
Participação de resultados	--	777.050,00	--	777.050,00
Participação em reuniões	910.348,61	--	--	910.348,61
Comissões	--	--	--	--
Outros	145.655,78	--	--	145.655,78
Descrição de outras remunerações	INSS contribuição empresa	--	--	--

variáveis				
Pós Emprego	104.507,01	1.098.556,34	--	1.203.063,35
Cessação do Cargo	--	--	--	--
Baseada em Ações (incluindo Opções)	--	--	--	--
Observação	<p>1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2016. Para 2017, com altera�o no valor do Seguro de Vida � prevista redu�o no valor dos benefícios direto e indireto.</p> <p>2) Número total de membros conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 29/04/2016, sendo titulares e suplentes remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional � participa�o em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.</p>	<p>1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2016. Previsão de PLR considerou meta máxima e pagamento de PLR proporcional a Diretores exonerados em 2016. Para INSS e FGTS (outros) foram considerados reflexos sobre os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2016 e previsão de PLR.</p> <p>2) Número de membros considerando o total de Diretorias.</p> <p>3) Composi�o dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida,</p>	<p>1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2016.</p> <p>2) Composi�o dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -</p>	--

	<p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida –</p> <p>4) O número 28 membros remunerados equivale ao total de membros do Conselho de Administração (15 membros efetivos e 15 membros suplentes) excluindo-se o Diretor Presidente e o Diretor de Geração e Transmissão, que, conforme previsto na AGO e AGE realizadas no dia 29/04/2016, são remunerados apenas pelo cargo de Diretor Executivo.</p>	<p>vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença, auxílio moradia de servidores federais cedidos à Companhia.</p>		
Total da Remuneração	5.463.824,94	12.494.705,93	1.266.588,24	19.225.119,11

Remuneração Total para o Exercício Social em 31/12/2016 – Valores Anuais

2016	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	30,00	11,00	10,00	51,00
Número de Membros Remunerados	28,17	10,33	10,00	48,50
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	2.927.539,30	5.272.363,09	970.008,31	9.169.910,70

Benefícios direto e indireto	69.684,00	1.816.905,43	26.620,00	1.913.209,43
Participação em comitês	--	--	--	--
Outros	586.718,31	2.162.610,67	194.020,19	2.943.349,17
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	--
Remuneração Variável				
Bônus	--	--	--	--
Participação de resultados	--	414.476,71	--	414.476,71
Participação em reuniões	731.884,83	--	--	731.884,83
Comissões	--	--	--	--
Outros	146.679,58	--	--	146.679,58
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa	--	--	--
Pós Emprego	104.507,01	848.815,44	--	953.322,45
Cessação do Cargo	--	--	--	--
Baseada em Ações (incluindo Opções)	--	--	--	--
Observação	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2016 com o proposto referem-se à alteração, conforme AGO/AGE de 29/04/2016, nos critérios de	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2016 com o proposto referem-se à não consideração do desconto em folha de pagamento dos honorários de valores	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2016 com o proposto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2016 com consequente	--

<p>remuneração dos titulares e suplentes, que a partir de maio/16 passaram a receber 80% parcela fixa e 20% parcela proporcional à participação em reuniões, bem como o valor do honorário do Presidente do Conselho de Administração tornou-se distinto dos demais. Com consequente elevação dos recolhimentos com INSS (outros) e previdência complementar (pós emprego). Além de ter sido reajustado para um valor menor, o seguro de vida na Companhia (Benefícios).</p>	<p>reembolsados pela Companhia a órgãos federais cedentes (servidores federais cedidos à Companhia), uma vez que com isso, o desembolso total com a remuneração é efetivamente da Cemig. Houve ainda, aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2016 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS e FGTS -outros - e previdência complementar - pós emprego). Além disso, foram reajustados os valores de vale alimentação e planos de saúde e odontológico, mantendo-se os reembolsos com aux. moradia e aux. mudança para servidores federais cedidos à Companhia (Benefícios). O seguro de vida na Companhia foi reajustado para um valor menor. O valor de PLR 2015 foi pago no primeiro semestre considerando as metas apuradas (o valor previsto considerou o limite máximo</p>	<p>elevação do recolhimento com INSS (outros). O seguro de vida na Companhia foi reajustado para um valor menor (Benefícios).</p> <p>2) Número de membros remunerados foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -</p>
<p>2) Número total de membros conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 29/04/2016, sendo titulares e suplentes remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões.</p>		
<p>3) Composição dos benefícios direto e indireto:</p>		

<p>seguro de vida –</p> <p>4) O número de 28 membros remunerados equivale ao total de membros do Conselho de Administração (15 membros efetivos e 15 membros suplentes) excluindo-se o Diretor Presidente e o Diretor de Geração e Transmissão, que, conforme previsto na AGO e AGE realizadas no dia 29/04/2016, são remunerados apenas pelo cargo de Diretor Executivo.</p>	<p>possível) e não houve em 2016, adiantamento de PLR no segundo semestre (nos últimos anos observa-se tendência de diminuição do valor distribuído).</p> <p>2) Número de membros equivale ao total de Diretorias</p> <p>3) Número de membros remunerados foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente (houveram algumas</p>		
<p>5) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente</p>	<p>exonerações e nomeações em 2016 e alguns cargos ficaram acumulados interinamente)</p> <p>4) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença, auxílio moradia de servidores federais cedidos à Companhia.</p>		
<p>Total da Remuneração</p>	<p>4.567.013,03</p>	<p>10.515.171,34</p> <p>1.190.648,50</p>	<p>16.272.832,87</p>

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2015 – Valores Anuais

2015	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	30,00	11,00	10,00	51,00
Número de Membros Remunerados	28,00	11,00	10,00	49,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.256.146,05	4.309.521,56	682.541,20	6.248.208,81
Benefícios direto e indireto	159.459,00	1.505.050,75	69.330,00	1.733.839,75
Participação em comitês	--	--	--	--
Outros	251.701,46	3.221.071,10	136.823,12	3.609.595,68
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	--
Remuneração Variável				
Bônus	--	--	--	--
Participação de resultados	--	1.597.303,40	--	1.597.303,40
Participação em reuniões	1.256.146,05	--	--	1.256.146,05
Comissões	--	--	--	--
Outros	251.701,46	--	--	251.701,46
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa	--	--	--

Pós Emprego	35.491,65	737.587,08	--	773.078,73
Cessação do Cargo	--	--	--	--
Baseada em Ações (incluindo Opções)	--	--	--	--
Observação	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2015 com o proposto referem-se à alteração, conforme AGO/AGE de 30/04/2015, nos critérios de remuneração dos suplentes, que a partir de maio/15 passaram a receber 50% parcela fixa mais 50% parcela proporcional à participação em reuniões, bem como os valores dos honorários tornaram-se distintos dos titulares e da aprovação de índice de reajuste do pró-labore para titulares e suplentes ainda em 2015 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS (outros) e previdência complementar (pós emprego). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia</p>	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2015 com o proposto referem-se ao desconto em folha de pagamento dos honorários de valores reembolsados pela Companhia a órgãos federais cedentes (servidores federais cedidos à Companhia), que reduziram o pró-labore efetivo em folha de pagamento (apesar da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2015 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS e FGTS -outros - e previdência complementar - pós emprego). Em 2015, houve grande volume de exonerações e nomeações, sendo que as exonerações impactaram igualmente no total em outros (INSS e FGTS).</p>	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2015 com o proposto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2015 com consequente elevação do recolhimento com INSS (outros). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios).</p> <p>2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -</p>	

- (Benefícios)..
- 2) Número total de membros conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30/04/2015, sendo titulares e suplentes remunerados por 50% parcela fixa mais 50% parcela proporcional à participação em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.
- 3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida –
- 4) O número 28 membros remunerados equivale ao total de membros do Conselho de Administração (15 membros efetivos e 15 membros suplentes) excluindo-se o Diretor Presidente e o Diretor de Geração e Transmissão, que, conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30/04/2015, são remunerados apenas pelo cargo
- Além disso, foram reajustados os valores de vale alimentação e do seguro de vida na Companhia, bem como de foram reajustados os valores com planos de saúde e odontológico e incluindo-se ainda, em 2015, o reembolso com aux. moradia e aux. mudança para servidores federais cedidos à Companhia (Benefícios). O valor de PLR (parcela remanescente de 2014) foi pago no primeiro semestre considerando as metas apuradas (o valor previsto considerou o limite máximo possível) e não houve em 2015, adiantamento de PLR no segundo semestre.
- 2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente
- 3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos

	de Diretor Executivo.	relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença, auxílio moradia e auxílio mudança de servidores federais cedidos à Companhia.		
	4) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente			
Total da Remuneração	3.210.645,67	11.370.533,89	888.694,32	15.469.873,88

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 – Valores Anuais

2014	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	30,00	11,00	10,00	51,00
Número de Membros Remunerados	29,00	11,00	10,00	50,00
Remuneração Fixa Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário ou pro-labore	505.442,07	3.931.939,97	373.719,35	4.811.101,39
Benefícios direto e indireto	88.341,12	1.321.570,04	63.100,80	1.473.011,96
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	101.769,39	2.032.240,25	74.759,95	2.208.769,59
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	0,00
Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.375.416,00	0,00	2.375.416,00
Participação em reuniões	505.442,07	0,00	0,00	505.442,07
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	101.769,39	0,00	0,00	101.769,39
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa			0,00
Pós Emprego	9.371,05	985.913,14	0,00	995.284,19
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações (incluindo Opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se à nomeação de mais um Conselheiro de Administração e da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS (outros) e previdência complementar (pós emprego). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios).	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se a licenças não remuneradas concedidas em 2014 que reduziram o pró-labore efetivo (apesar da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS e FGTS (outros) e previdência complementar (pós emprego), Além de terem sido reajustados os	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação do recolhimento com INSS (outros). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios). 2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado	

	2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	valores de vale alimentação e do seguro de vida na Companhia, bem como de terem sido reajustados os valores com planos de saúde e odontológico (Benefícios). O valor de PLR foi pago considerando as metas apuradas (o valor previsto considerou o limite máximo possível).	mensalmente 3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -	
	3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -			
		2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente		
		3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença		
Total da Remuneração	1.312.135,08	10.647.079,40	511.580,10	12.470.794,58

13.3

Exercício Social Corrente em 31.12.2017 – Remuneração variável prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros Total	30	11	10	51
Número de Membros Remunerados	28	11	10	49
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	635.509,08	-	635.509,08
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	777.050,00	-	777.050,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	777.050,00	-	777.050,00
Observação		A PLR (2016) tem previsão de pagamento ainda no primeiro semestre de 2017, Aguarda-se definição quanto aos critérios de pagamento da PLR de 2017 no segundo semestre (considerado na previsão juntamente com o pagamento de		

13.3

PLR 2016
proporcional a
Diretores
exonerados em
2016).

Exercício Social Encerrado em 31.12.2016 – Remuneração variável	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	30	11	10	51
Número de Membros Remunerados	28	10	10	48
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas I	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	465.779,54	-	465.779,54
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	560.036,74	-	560.036,74
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	560.036,74	-	560.036,74
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	414.476,71	-	414.476,71
Observação		A parcela remanescente de PLR (2015), foi paga no 1º		

13.3

semestre
2016,
considerando
as metas
apuradas. Não
houve
adiantamento
da PLR de
2016 no
segundo
semestre.

Exercício Social Encerrado em 31.12.2015 – Remuneração variável	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	30	11	10	51
Número de Membros Remunerados	28	11	10	49
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	1.913.205,45	-	1.913.205,45
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	3.219.125,45	-	3.219.125,45
Valor previsto no Plano de	-	3.219.125,45	-	3.219.125,45

13.3

Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas

Valor efetivamente reconhecido

no resultado do exercício social -

1.597.303,40 -

1.597.303,40

A parcela remanescente de PLR (2014), foi paga no 1º semestre 2015, considerando as metas apuradas. Não houve adiantamento da PLR de 2015 no segundo semestre.

Observação

Exercício Social Encerrado em 31.12.2014 – Remuneração variável

Conselho de Administração

Diretoria Estatutária

Conselho Fiscal

Total

Número de Membros Total

30

11

10

51

Número de Membros Remunerados

29

11

10

50

Bônus

Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração

0,00

0,00

0,00

0,00

Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável

0,00

0,00

0,00z

0,00

Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas

0,00

0,00

0,00

0,00

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social

0,00

0,00

0,00

0,00

13.3

Participação nos Resultados

Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.765.960,00	0,00	1.765.960,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	2.522.800,00	0,00	2.522.800,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	2.522.800,00	0,00	2.522.800,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.375.416,00	0,00	2.375.416,00

Observação

O valor de PLR foi pago considerando as metas apuradas.

13.4

A Companhia não adota plano de remuneração para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva baseado em ações.

13.5

Não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.6

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.7

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.8

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.9**31 de dezembro de 2016**

CEMIG		
	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN
Conselho de Administração	103.104	176.473
Diretoria	2	83
Conselho Fiscal	300	156.270
Total	103.406	332.826
LIGHT		
	Quantidade de ações ON	
Conselho de Administração	0	
Diretoria	0	
Conselho Fiscal	0	
Total	0	
TAESA		
	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	0	0
Conselho Fiscal	0	0
Total	0	0

13.10

Planos de previdência	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	30	11
Nº de membros remunerados	10	11
Nome do plano	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 115.509,73	R\$ 1.479.461,79
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 15.062,14	R\$ -
Possibilidade de resgate e condições	Sim, com relação a 2 pessoas (desde que se desliguem do patrocinador e façam a opção pelo resgate)	Sim, com relação a 11 pessoas (desde que se desliguem do patrocinador e façam a opção pelo resgate)

13.11

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	30,00	11,00	10,00
Número de membros remunerados	28,00	10,00	10,00
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	232.372,56	1.096.241,82	131.367,99
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	116.366,39	895.512,24	105.625,16
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	163.107,61	1.051.517,13	119.064,85
<p>O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses. Número total de membros do Conselho de Administração conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 29 de abril de 2016, sendo titulares e suplentes remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões (exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos). Número de membros remunerados na Diretoria Estatutária foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente (houveram algumas exonerações e nomeações em 2016 e alguns cargos ficaram acumulados interinamente)</p>			

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	30,00	11,00	10,00
Número de membros remunerados	28,00	11,00	10,00
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	158.106,81	1.333.031,83	97.938,52
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	99.363,80	872.632,60	79.737,40
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	139.593,29	1.033.684,90	88.869,43
<p>O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses. Número total de membros do Conselho de Administração conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30 de abril de 2015, sendo titulares e suplentes remunerados por 50% parcela fixa mais 50% parcela proporcional à participação em reuniões (exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos). Assim, para o cálculo do valor médio, foi considerada uma média de 23 membros</p>			

remunerados em 2015, pois até abril/15, suplentes percebiam proporcionalmente à participação em reuniões, em substituição dos titulares.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	30,00	11,00	10,00
Número de membros remunerados	29,00	11,00	10,00
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	107.922,99	1.235.245,33	56.141,11
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	55.935,90	704.771,30	46.174,91
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	93.723,93	967.916,31	51.158,01

O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses.

13.12

Há previsão de pagamento de indenização correspondente a 40% do saldo de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) em caso de exoneração de Diretores. Fazem jus a esta multa, tendo em vista seu caráter indenizatório, apenas aqueles Diretores que forem exonerados do cargo antes do vencimento do mandato, já que não se pode aplicar este entendimento se a exoneração se der atendendo ao pedido do próprio Diretor.

A Companhia efetua os depósitos de FGTS para seus Diretores e, considerando o entendimento jurídico constante do Parecer JR-1809/2002 de 13/12/2002, de que deve ser aplicada a multa sobre os depósitos efetuados durante o mandato de Diretor àqueles que eram empregados da Companhia, o direito foi estendido aos Diretores que não eram empregados em atenção ao princípio constitucional da isonomia.

Além do seguro de vida, a Companhia não possui apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores, se destituídos dos seus cargos ou aposentados.

13.13

Os percentuais da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, para os 3 últimos exercícios sociais, foram:

	2016	2015	2014
Diretoria:	0,00	0,00	0,00
Conselho Administração:	92,96	92,50	88,96
Conselho Fiscal:	80,44	79,41	80,00

13.14

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00

13.15

Todavia, alguns membros do Conselho Fiscal e de Administração da Companhia possuem vínculo de trabalho, seja como empregado ou funcionário público, com outras sociedades ou entidades públicas, bem como atuam como membros de outros Conselhos Fiscais e de Administração em empresas ou entidades de controle direto ou indireto pelo acionista majoritário da Companhia, qual seja, o Estado de Minas Gerais.

Neste sentido, os honorários constantes deste item 13.15 do Formulário de Referência tratam dos valores recebidos, por Conselheiros Fiscais e de Administração da Companhia, a título de salários ou vencimentos, pagos pela empresa ou entidade com a qual estes Conselheiros tenham vínculo de trabalho, e, também, a título de remuneração por ocuparem cargos em Conselhos de sociedades controladas ou sob controle comum do acionista majoritário da Companhia.

Exercício social de 2016 – remuneração em função de cargo na Companhia:

Exercício Social 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	175.480,00	0,00	292.032,42	467.512,42
Controladas da Companhia	276.795,10	0,00	0,00	276.795,10
Sociedades sob Controle Comum	2.470.709,62	0,00	26.520,00	2.497.229,62

Exercício social de 2016 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	175.480,00	0,00	292.032,42	467.512,42
Controladas da Companhia	276.795,10	0,00	0,00	276.795,10
Sociedades sob Controle Comum	2.470.709,62	0,00	26.520,00	2.497.229,62

Exercício social de 2015 – remuneração em função de cargo na Companhia:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores	440.369,40	0,00	0,00	440.369,40

Diretos e Indiretos				
Controladas da Companhia	130.036,31	0,00	46.455,89	176.492,20
Sociedades sob Controle Comum	1.167.387,05	0,00	0,00	1.167.387,05

Exercício social de 2015 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	440.369,40	0,00	0,00	440.369,40
Controladas da Companhia	130.036,31	0,00	46.455,89	176.492,20
Sociedades sob Controle Comum	1.167.387,05	0,00	0,00	1.167.387,05

Exercício social de 2014 – remuneração em função de cargo na Companhia:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	286.725,80	0,00	345.665,84 (*)	632.391,64
Controladas da Companhia	850.711,09	0,00	0,00	850.711,09
Sociedades sob Controle Comum	401.440,60	0,00	206.436,75	607.877,35

A remuneração identificada por (*) foi recebida a título de aposentadoria.

Exercício social de 2014 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	286.725,80	0,00	345.665,84 (*)	606.591,64
Controladas da Companhia	850.711,09	0,00	0,00	800.994,19
Sociedades sob Controle Comum	401.440,60	0,00	206.436,75	607.877,35

A remuneração identificada por (*) foi recebida a título de aposentadoria.

13.16

Não há informações adicionais referentes a este item que a Companhia julgue relevantes.